Ensino Médio – Uma Política Para a Juventude do Século XXI

Todo o ano o noticiário se repete. Altas taxas de repetência, baixo domínio de habilidades cognitivas dos alunos da final da Educação Básica. Isso mesmo, o estudante com 17 anos não desenvolveu nem as habilidades elementares da leitura, quanto mais a aritmética que o permita ingressar na álgebra do Ensino Médio. O relatório do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) demonstra queda em Língua Portuguesa. A situação é tão grave que a diferença entre um aluno das redes públicas e privadas do Brasil e a média dos países da OCDE é de quase quatro anos de escolaridade. Ou seja, nossos jovens de 15 anos tem menor desempenho no processo de aprendizagem do que as crianças de 11 anos da França, por exemplo. Ficamos em 55ª posição do ranking de leitura, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia.

O óbvio que merece ser registrado é que o problema do Ensino Médio não se resolve ali. O Estado do Rio de Janeiro que melhorou um pouco seu IDEB de 2012, saindo do penúltimo para o 15º. Mas verifique que indicadores de qualidade como número de aulas e total de alunos por turma são favoráveis na análise comparativa do estado com a Região Sudeste (que é a comparação que deve ser feita considerando a forte relação entre indicadores econômicos e educacionais em toda a parte do mundo). Apesar disso os resultados em aprovação e desempenho dos alunos no Prova Brasil e por consequência o IDEB são muito inferiores a Minas Gerais e São Paulo, superando apenas o Espírito Santo.

	Todos Pela Educação - http://www.todospelaeducacao.org.br/			
Busca Comparativa				
Dados Gerais				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
População (2010)	3.514.952	19.597.330	15.989.929	41.262.199
População em idade escolar (2010)	800.005	4.427.128	3.375.640	8.730.160
PIB (R$ 1.000,00) (2008)	R$ 69.870.221,00	R$ 282.522.319,00	R$ 343.182.067,00	R$ 1.003.015.757,00
Renda Média (R$) (2010)	R$ 691,00	R$ 641,00	R$ 861,00	R$ 887,00
IDH (2005)	0,802	0,8	0,832	0,833
População - Fonte: IBGE				
População em idade escolar - Fonte: IBGE				

Para o ano de 2007, 128 municípios e o Distrito Federal não participaram da Contagem Populacional realizada pelo IBGE. Dessa forma, o número de habitantes da Região Centro Oeste e do Brasil, estão subestimados.				
PIB (R$ 1.000,00) - Fonte: IBGE				
Renda Média (R$) - Fonte: IBGE				
Para Brasil, Estados e Regiões Administrativas, esse indicador representa a renda domiciliar per capita, ou seja, a média da renda total dos domicílios dividida pelo total de moradores dos domicílios. Para os Municípios esse indicador representa a renda per capita, total da renda do município dividida pelo total de habitantes do município.				
IDH - Fonte: PNUD				
Média de alunos por turma				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
Creche (2012)	15,1	15,3	15,6	13,6
Pré-Escola (2012)	18	17,6	16,7	19,4
Ens. Fundamental - anos iniciais (2012)	21,8	20,9	22,5	23,8
Ensino Fundamental - anos finais (2012)	26,4	28,1	29,6	30,1
Ensino Médio (2012)	30	32,6	30,2	32,9
Fonte: MEC/INEP/DTDIE				
Média de horas-aula diária				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
Creche (2012)	6	7,7	7,9	8,6
Pré-Escola (2012)	4,6	4,8	4,8	5,2
Ens. Fundamental - anos iniciais (2012)	4,5	4,4	4,4	5
Ensino Fundamental - anos finais (2012)	4,7	4,5	4,9	5,2
Ensino Médio (2012)	4,7	4,5	5,4	4,9
Fonte: MEC/INEP				
Taxa de aprovação				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
Ensino Fundamental - anos iniciais (2012)	92,50%	96,40%	89,40%	96,80%

Ens. Fundamental - anos finais (2012)	80,60%	85,60%	83,00%	92,70%
Ensino Médio (2012)	75,20%	78,60%	77,70%	82,80%
Fonte: MEC/INEP/DTDIE				
Prova Brasil (desempenho médio)				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
4ª/5º EF - Port. (2007)	183	183,5	183,2	185,4
4ª/5º EF - Mat. (2007)	200,4	203,5	199,5	204
8ª/9º EF - Port. (2007)	238,6	241,9	238,5	239
8ª/9º EF - Mat. (2007)	254,2	258,3	248	251,6
Fonte: MEC/INEP				
A Prova Brasil é uma avaliação realizada a cada dois anos pelo Ministério da Educação. Ela mede o desempenho dos alunos da 4ª e da 8ª séries do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática nas escolas públicas e urbanas.				
A pontuação mínima estabelecida pelo Todos Pela Educação como adequada a cada série é:				
- 4ª série - Língua Portuguesa: 200 pontos; Matemática: 225 pontos				
- 8ª série - Língua Portuguesa: 275 pontos; Matemática: 300 pontos				
IDEB - rede estadual				
	ES	**MG**	**RJ**	**SP**
Ensino Fundamental - anos finais (2011)	3,7	4,4	3,2	4,3
Ensino Médio (2011)	3,3	3,7	3,2	3,9
Ensino Fundamental - anos iniciais (2011)	5	6	4,3	5,4
Fonte: MEC/INEP				

O estado do Rio de Janeiro, assim, precisa dar início a uma política para o Ensino Fundamental e em especial para a alfabetização, letramento, matemática e iniciação científica. Uma política que deve transcender as deliberações do gabinete dos secretários municipais e estaduais de educação e fazer parte de um conjunto de medidas que atue promovendo a efetiva articulação entre as duas redes. O governo do estado tem de ser líder e financiador desse conjunto de iniciativas.

Infelizmente, não há solução de curto prazo. Quem pensa em soluções imediatas em educação não conhece o setor ou simplesmente esta a vender ilusões. A atual política de incentivos ou de meritocracia pode sim trazer alguma melhoria, afinal motivar os atores do processo faz algum sentido. Um engajamento maior de alunos e professores

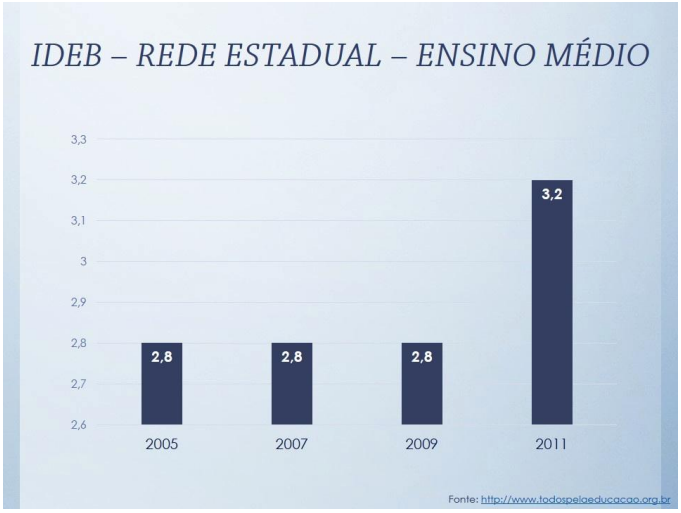
ajuda e pode fazer muita diferença conjuntural. As atuais políticas imediatistas e de mera gestão de indicadores, estão prometendo para o próprio governo e a sociedade um produto que, simplesmente, não será entregue. As metas de aprendizagem do Ensino Médio, para quem quer cursar o nível superior, são bastante elevadas e o nível de cobrança é e tem de ser alto. Imaginar que tudo depende de um esforço a mais de professores e alunos é simplista e irresponsável. A questão que se coloca, no entanto, é que, como enfatizei antes, em educação é muito difícil promover mudanças efetivas em curto prazo e é necessário enxergar além dos indicadores que compõe o IDEB, implantando políticas nos macro eixos de avaliação, leitura, matemática, iniciação científica, alfabetização e letramento, educação integral, tecnologia educacional e gestão escolar. Em médio prazo e concomitante à política de longo prazo, existem algumas medidas que poderiam ser tomadas na hipótese de haver algo que se possa denominar de uma política educacional para o estado do Rio de Janeiro. Eis alguns exemplos: Um programa de leitura abrangente e que motive os jovens a desenvolverem esse hábito. Um esforço no desenvolvimento de ações que deem significado ao conhecimento que se esta pretendendo desenvolver. O jovem precisa encontrar algum sentido no conjunto de informações enciclopédicas a que é exposto de uma maneira pouco atraente. Quem tem base acompanha e de fato a maioria não tem a menor chance. Ao final de cada dia temos professores e alunos frustrados e irritados, quando não arrependidos. Em alguns países e a França é um bom exemplo, existem escolas com diferentes vocações. Temos de considerar que há interesses diversos e expectativas diferenciadas entre os alunos do Ensino Médio. Eles não estão necessariamente aspirando o ENEM ou um curso superior. Em inúmeros casos, o objetivo é a profissionalização logo após o curso e, dentro desta perspectiva, as escolas podem se organizar para atenderem a um número heterogêneo de demandas. Devemos promover uma reestruturação profunda na rede, passando a contar com escolas que desenvolvam habilidades profissionalizantes básicas, outras voltadas para o esporte de rendimento, um grupo voltado para as artes e um conjunto efetivamente direcionado a dar a base para a formação superior. A solução, mesmo, está nas reformas estruturais que nosso país só não o faz porque ou a classe política faz das escolas seu celeiro, ou o sindicato aprisiona a unidade e a coloca a serviço da corporação. E ninguém fique imaginando que teremos entre os usuários do sistema - alunos, pais e professores - a tão sonhada mobilização para promove-las. Na medida em que a classe média saiu da escola pública na década de 90, essa possibilidade se esgotou. A reforma de fato só vai acontecer quando esta mesma classe média acordar para a necessidade de uma escola pública que cumpra a sua missão e começar a pressionar os governos e a corporação, via redes sociais e outros mecanismos, para que a mudança aconteça. Pelo menos essa é, de certa forma, a lição que a história esta a nos oferecer.

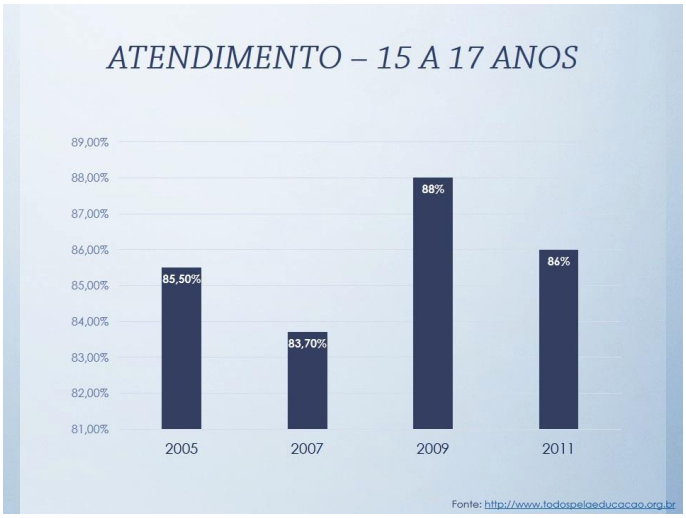
1) <u>Evolução dos Indicadores Setoriais</u>

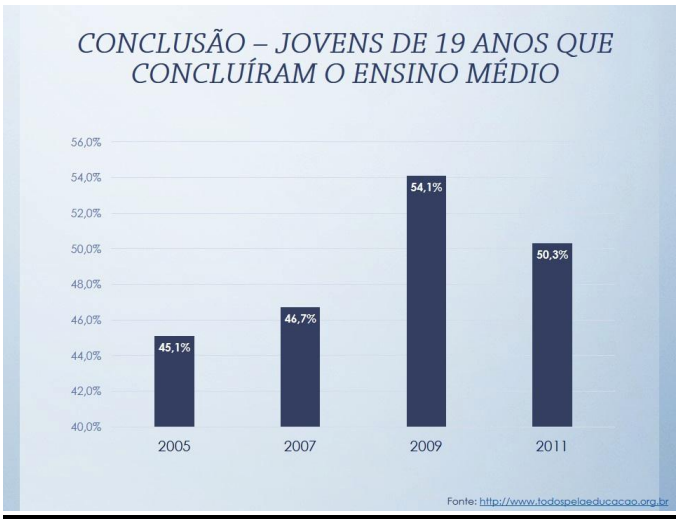
Os indicadores sociais selecionados apresentam ou uma pequena evolução (ainda que digna de se reconhecer mérito) em 2011, e no restante da série uma discretíssima evolução em termos absolutos e na maioria dos casos uma involução comparativa. Importante ressaltar que em 2003 o estado do Rio de Janeiro ao lado de Alagoas figurava como o exemplo nacional de falta de professores. Há anos sem realizar concurso público e com as nomeações sendo realizadas sob o mando político da Assembleia Legislativa, havia rolos de fax inteiros em papel timbrado de gabinetes de deputados com o rol de pessoas a

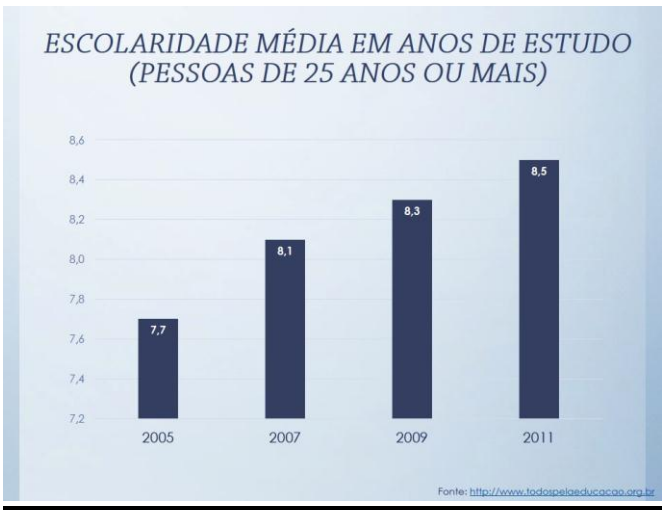
serem contratados de acordo com suas áreas de influência em cada Coordenadoria Regional, não havia qualquer sistema de gestão de professores considerando o grau de complexidade que a matéria demanda. Afinal de contas estamos falando em 36 mil quadros de horário em cada turma de alunos onde cada docente tem de se ajustar de acordo com sua disciplina e dia da semana de forma conveniente e nunca superposta a outro horário e ainda cumprindo integralmente sua jornada. O jornal o dia publicou no final do ano letivo uma série de reportagens de autoria da jornalista Karina Botino que ganhou o prêmio Airton Sena de jornalismo por conta deste trabalho, onde denunciava históricos escolares onde ao invés da nota vinha a inscrição SP significando sem professor. Com a introdução do Quadro de Horários na Internet e o rompimento com o modelo de indicações políticas que contou com o apoio do próprio Presidente da Assembleia e da Governadora, pudemos em alguns meses desenvolver a primeira ferramenta tecnológica do país capaz de gerenciar um sistema em larga escala de organização de 56 mil docentes nas quase 1,3 mil escolas de rede. Foi realizado o primeiro concurso público em anos e após alguns meses sob fortíssima crítica e demanda da imprensa finalmente a solução apresentou máxima efetividade. Ocorre que o ingresso de milhares de tempos de aula de professores onde antes havia carência e um sistema não oficial de aprovação automática com a alcunha de SP, trouxe sensível impacto no fluxo, aumentando a taxa de aprovação indicador esse apenas compensado pela melhoria de desempenho na prova de avaliação externa. Ou seja os alunos aprenderam mais, mas mais alunos repetiram de ano por força da presença docente. Esses dados podem ser facilmente observados através da análise comparativa dos indicadores do período.

Um dos gráficos seguintes, que trata das matrículas em nível superior, comparativo, pode sugerir um indicador de impacto para o setor em que pese o mesmo, como os demais indicadores sociais, se contaminar com os de desenvolvimento econômico.

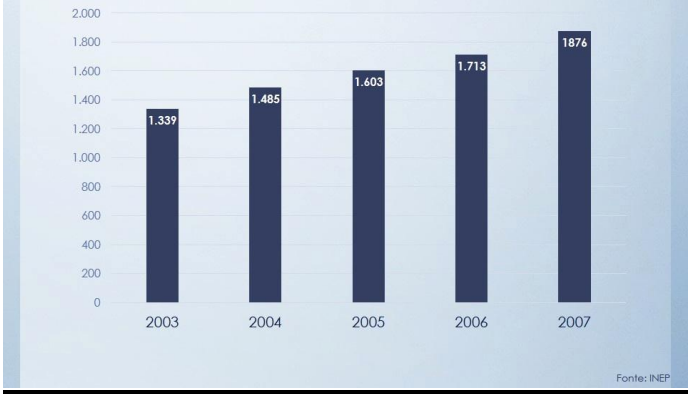



ATENDIMENTO – 15 A 17 ANOS
89,00%
88,00%
87,00%
86,00%
85,00%
84,00%
83,00%
82,00%
81,00%
85,50%
83,70%
88%
86%
2005
2007
2009
2011
Fonte: http://www.todospelaeducacao.org.br


CONCLUSÃO – JOVENS DE 19 ANOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO
56,0%
54,0%
52,0%
50,0%
48,0%
46,0%
44,0%
42,0%
40,0%
45,1%
46,7%
54,1%
50,3%
2005
2007
2009
2011
Fonte: http://www.todospelaeducacao.org.br

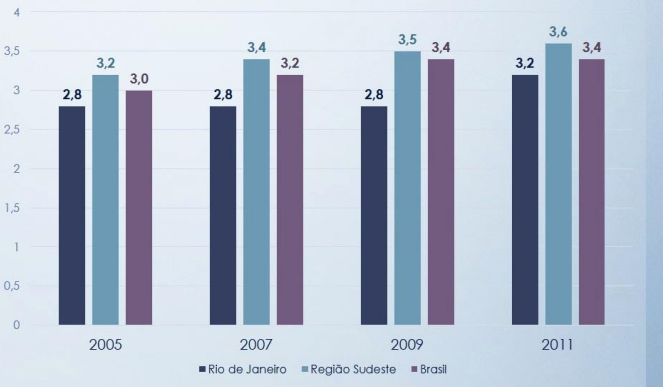

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO (PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS)
8,6
8,4
8,2
8,0
7,8
7,6
7,4
7,2
7,7
8,1
8,3
8,5
2005
2007
2009
2011
Fonte: http://www.todospelaeducacao.org.br

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



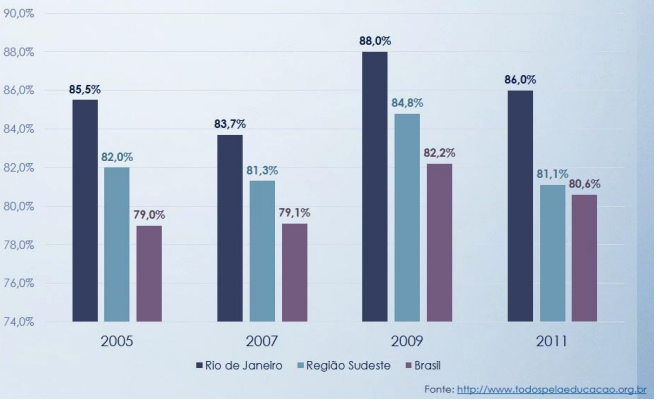
Fonte: INEP

IDEB – REDE ESTADUAL – ENSINO MÉDIO

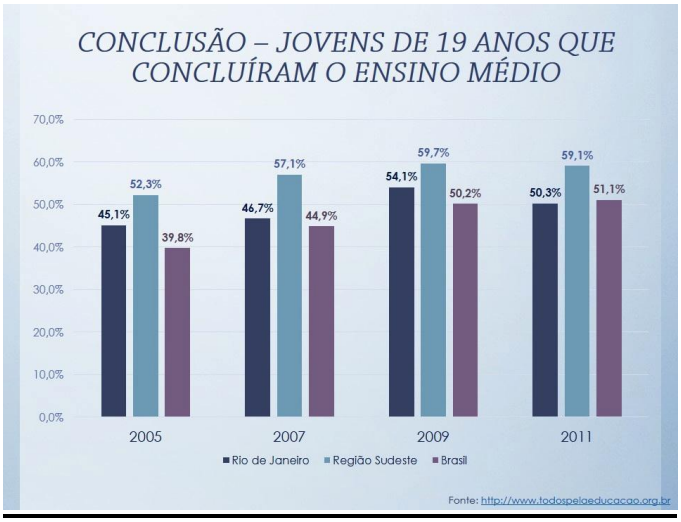


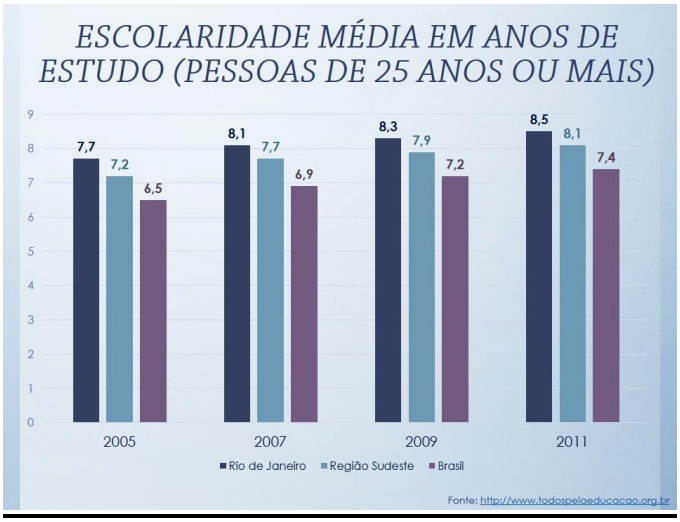
Fonte: http://www.todospelaeducacao.org.br

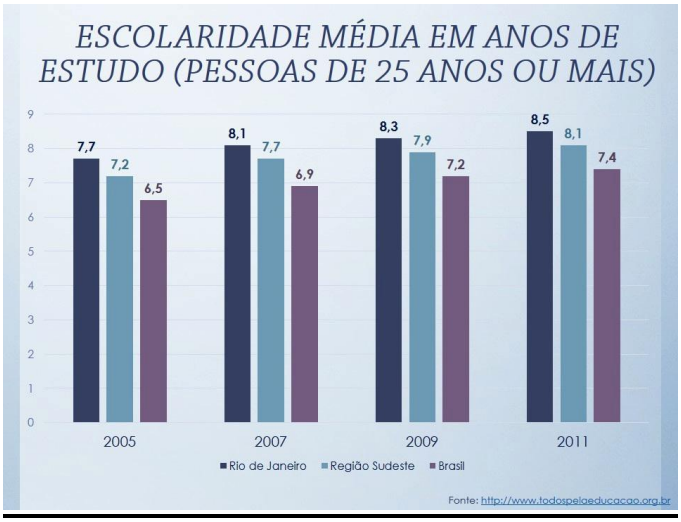
ATENDIMENTO – 15 A 17 ANOS



Fonte: http://www.todospelaeducacao.org.br







2) Análise Retrospectiva dos últimos 10 anos

Foi em 1992 que, como Secretario de Fazenda e Administração da Prefeitura de Resende, me dirigi pela primeira vez à Secretaria de Estado de Educação na época chefiada pela eminente professora Maria Ieda Linhares e tendo como

subsecretária a combativa Professora Maria Helena Camacho. Com funcionamento em um prédio alugado do Banco Bradesco na Rua das Marrecas em 14 andares, a organização interna refletia a situação de absoluta crise e penúria que atravessava a secretaria que não cuidava dos CIEPS, mas aproximadamente 1500 unidades escolares. Enquanto aguardava ser atendido para uma reunião que pretendia cobrar a milionária conta de água das escolas estaduais sediadas no município e inadimplentes há anos, ouvi de uma sala ao lado a seguinte frase: Gente, esse processo aqui esta fazendo aniversário hoje, vamos cantar parabéns? Despiciendo dizer que a minha reunião não trouxe qualquer resultado prático. No ano seguinte assessorei informalmente o Secretário de Educação Noel de Carvalho e em 1994 assumi a pasta. A situação vivida era de mais absoluta crise, o prédio vivia em ameaça de despejo, o sindicato periodicamente fechava a rua com carro de som, o clima era de greve. Chegaram ao ponto de contratarem uma propaganda na televisão onde um tiranossauro rex com a fisionomia do Governador esmagava escolas. O MEC não recebia informações do órgão estadual para suas bases estatísticas e por conta disso fez um ranking de estados, deu nota zero para a Professora Linhares e ela acabou sendo sucedida por Noel. A gestão foi muito difícil, mas mesmo assim muitas centenas de escolas foram reformadas, organizamos um sistema de logística e distribuição de materiais, avançamos na informatização e em uma incipiente consolidação de um imbróglio de leis que regiam a relação do professor com o estado. A relação com o MEC avançou muito e o mesmo acenou com um reconhecimento público. Em 1994 estruturamos perto de 200 salas de aula com recursos de multimídia (número insignificante diante das dimensões da rede), desenvolvemos os primeiros CD-ROM educacionais do país, eis que não havia material em português[1] e, em parceria com a UERJ foi iniciado um programa de pesquisa na área da docência e da tecnologia educacional. Neste mesmo ano, o governo oficializou a entrega dos tão decantados 500 Cieps sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Programas Especiais. O programa mais ousado da história da educação do Brasil chegava ao seu auge com nada menos que 46% das receitas do ente federativo voltados para manutenção e desenvolvimento do ensino. O contraste entre as duas redes era chocante e não se limitavam a recursos e infraestrutura. O nível de pessoal que atuava no órgão central SEEPE e Fundação de Apoio à Escola Pública – FAEP possuía enorme engajamento, havia a nítida impressão de que a política salvacionista[2] aplicada à educação estava em curso e prestes a acontecer. A ideia força dos CIEPS continua bem viva no imaginário coletivo e há a nítida percepção, da qual comungo integralmente, de que estava em curso uma reforma educacional de enorme envergadura e com chances de trazer resultados.

> A implantação do Programa Especial de Educação em 406 CIEPs e cinco CIACs, que estiveram sob

[1] O almanaque Abril saiu no final de 1994.

[2] Defende que a educação resolveria o mal estar da civilização, impactando saúde, segurança, meio ambiente, enfim todas as políticas públicas e tem como paradigma as histórias da Austrália, Coréia e Japão. O mito mais recorrente era de que o professor no Japão era o único súdito que não precisava se curvar em reverência.

> responsabilidade do Estado, foi um trabalho complexo realizado em um período curtíssimo de tempo, que só foi possível graças à orientação do Prof. Darcy Ribeiro, ao apoio de um Governo que realmente priorizou a Educação de qualidade e ao esforço e dedicação de mais de 200 professores, responsáveis pelas Coordenações do Programa. Cada uma dessas pessoas trabalhou sempre acreditando que esse País só tem solução através da Educação. Tatiana Chagas Memória[3].

Creio que havia três obstáculos principais para a sustentabilidade da Reforma. A questão política, onde setores conservadores se aliavam às organizações Globo e ao Partido dos Trabalhadores (que dominava o sindicato) no sentido de rotular a iniciativa dos Cieps como demagógica (construída em beira de estradas para servirem de outdoors, como se o acesso à escola não fosse questão preponderante), a questão dos custos, o sucateamento da rede regular eram argumentos frequentemente usados alguns deles com algum fundamento. De fato o programa atendia apenas a uma parcela da população que ao invés de se considerar favorecida, com a propaganda negativa desenvolvida na época acabou taxada de miserável. Eram numerosos os relatos de alunos que saiam das escolas e se matriculavam em outras porque não queriam o estigma de serem muito pobres. O assunto é abjeto de inúmeros estudos acadêmicos. O aspecto orçamentário é de fato relevante, vez que a beligerância dos governos estadual e federal impedia o aporte de recursos da União que somente começou a surgir, ainda que timidamente quando Leonel Brizola decidiu apoiar a Presidente Itamar Franco em troca da implantação pelo Ministro Murillo Hingel do programa dos Caics e da construção da Linha Vermelha. Finalmente a questão institucional uma vez que a decisão do mentor da Reforma Educacional o Senador Darcy Ribeiro decidiu montar uma rede em paralelo e extinguir ao longo do tempo o sistema público tradicional ao invés de transformá-lo. Uma opção política, pude acompanhar parte dos debates, que se apresentou como longe do ideal, todavia a única viável em virtude da forte mobilização sindical com intensa articulação do movimento com a classe política e o aprisionamento das escolas pela corporação graças ao modelo de eleição de diretores das unidades escolares. Naquela época os recursos tecnológicos eram tão escassos que era impossível controlar a frequência dos funcionários, a despesa de pessoal era elevada e ineficiente. O professor ganhava um salário aviltante e tinha uma das menores jornadas de trabalho do país. O controle do gasto público era desastroso. Havia entretanto uma participação expressiva da sociedade em defesa do modelo das escolas de Horário Integral, os Brizolões e isso trazia a falsa noção de que a população iria às ruas caso o programa dos Cieps fosse interrompido. O então candidato ao Governo Marcelo Alencar chegou a garantir como promessa de campanha a manutenção da iniciativa. Assim que eleito o Governador nomeou Mariléa da

[3] FUNDAR – Fundação Darcy Ribeiro.
http://www.fundar.org.br/darcy_educa_ciep-gp_progespecial.htm

Cruz, sucedida pelo Deputado Fernando Pinto e este por Ana Galheigo. O Programa Especial de Educação foi inteiramente desmontado, as escolas passaram a funcionar em 3 turnos, a FAEP foi transformada em FAETEC, Fundação de Apoio à Escola Técnica, responsável pela educação profissional, que absorveu as escolas com essa modalidade de ensino da rede regular. A política educacional passou a ser a da autonomia das escolas. A obra Cidadania e Competitividade lançada em 1996 pela nacionalmente reconhecida Guiomar Namo de Melo traçou a matriz ideológica da política educacional do PSDB. O Brasil deu seu enorme passo na escolarização das crianças acompanhando o movimento realizado em toda a América do Sul e analisado com profundidade pelo PREAL – Programa para a Reforma Educacional da América Latina, criado em 1996, com o documento Quantidade Sem Qualidade.

Durante o Governo Garotinho e Rosinha foram seis secretario de educação todos seguindo, a partir de janeiro do ano 2000 o programa Nova Escola passou a ser a política educacional do Estado do Rio de Janeiro sendo reformulado em 2004 cuja evolução dos indicadores já foram objeto de análise acima.

Entretanto julgamos interessante contextualizar o Programa e detalhá-lo dentro de uma perspectiva histórica.

Lançado em janeiro de 2000 pelo Governo do Estado, o Programa Nova Escola visava resgatar a autoestima da escola pública e o papel social do professor e do magistério, devolvendo para a rede pública o papel que lhe atribuía Darcy Ribeiro, ao idealizar os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs): o de recuperar o espaço ocupado, no passado, no imaginário social, quando a escola, a igreja e a prefeitura eram os três prédios mais importantes da cidade do ponto de vista dos princípios éticos e da formação para a cidadania.

O **Nova Escola** teve como base a experiência do Programa das 900 Escolas, o P-900, desenvolvido pelo governo chileno, em 1990, para dar resposta às desigualdades educativas existentes entre as escolas públicas e privadas. Verificou-se que a repetência era três vezes maior nas unidades mantidas pelo Estado.

O propósito do P-900 era desenvolver no sistema educativo um mecanismo de discriminação positiva, que atendesse de maneira diferenciada às crianças com condições mais desfavoráveis para aprender, visando melhorar a sua qualidade de aprendizagem.

O programa educacional chileno foi implementado em três regiões do país e se sustentava em diversas linhas de ação entre as quais, a reflexão pedagógica dos professores para os problemas educacionais de suas unidades; a constituição de equipes de gestão escolar para orientar o aprendizado dos alunos; a interação entre escola e comunidade; e o fomento da criatividade e da autoestima das crianças, me- diante atividades em sala de aula com o apoio de monitores treinados.

Em vinte anos de funcionamento do P-900, foi possível constatar que as 2.379 escolas participantes do programa apresentaram resultados muito positivos no desempenho escolar, principalmente nas áreas de língua e matemática.

No Brasil, porém, ao longo dos anos, o que vimos foi a desvalorização do papel da escola pública, quando o que deveria ter acontecido seria o contrário, ou seja, a Educação pública deveria ter assumido um papel mais forte na nossa

sociedade, abrindo oportunidades para os menos favorecidos e contribuindo para a democratização efetiva do país.
Coube à SEE, em 2004, reformular o programa já em curso, a partir de uma série de debates com diretores de escola e pedagogos. Era o momento, não só de fazer modificações - pois o programa havia amadurecido - como também combater os altos níveis de repetência.
Os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (FUNDEF), embora divulgado como panacéia para todos os males da Educação, não foi capaz de resgatar a qualidade do ensino.
Redesenhado, o **Nova Escola** criou uma aferição única, mais justa, padronizada, dos resultados pedagógico e administrativo das escolas da rede.
Ao retomar o programa, o Governo do Estado, por meio da SEE, beneficiou 65 mil professores e, ainda, 20 mil profissionais de apoio de 1.860 escolas, graças ao pagamento de gratificações, que variam de R$ 100 a R$ 426,05 (*Veja quadro.*)
Hoje, o programa é composto por três tipos de avaliação: por desempenho, fluxo escolar e gestão escolar. No desempenho, os alunos da rede são submetidos a uma prova externa elaborada pela Secretaria de Educação - uma espécie de provão - baseada nos critérios do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), do MEC. Em 2004 as disciplinas escolhidas para avaliação foram língua portuguesa e matemática.
Em 2005, foram incluídas perguntas sobre ciências da natureza, que englobam conhecimentos sobre física, química e ciências biológicas. Isso vai permitir direcionarmos um investimento maior na área tecnológica, cujo avanço, como já vimos, vem acontecendo por meio dos laboratórios de Informática e o uso dos roteiros digitais.
Acreditamos que qualquer nação, para se desenvolver, precisa se dedicar à formação de futuros cientistas e à produção do conhecimento tecnológico. A Educação, neste sentido, tem que investir nas disciplinas de física, química e biologia. Foi o que a Irlanda e a Coréia do Sul fizeram. Esses países formaram uma geração inteira de jovens que estudam e desenvolvem patentes nas áreas da medicina, farmacologia, novas tecnologias e comunicações.
A prova de desempenho, o chamado "Dia D", foi realizada no dia 17 de novembro de 2005. Cerca de 975 mil alunos fizeram o exame - 200 mil a mais do que em 2004. Eles foram distribuídos em 22.872 salas em 1.590 escolas estaduais e 324 municipais de 32 cidades do estado. Além da prova, o aluno preencheu um questionário socioeconômico. O provão durou três horas.
O estudante Paulo Pereira, do 1º ano do Ensino Médio, do Colégio Júlia Kubitschek, no Centro do Rio, acha que a prova do **Nova Escola** é importante não só para avaliar o aluno, mas também o colégio. "Assim nós ficamos com um parâmetro em relação a outras escolas", diz Pereira. Sua colega de colégio, Juliana de Melo, do ano do Ensino Médio, concorda: "Acho que vale a pena porque essa avaliação dá chance aos que não estão bem, de melhorarem o ensino".
O Colégio Júlia Kubitschek alcançou a nota máxima no programa em 2004. Na unidade, 580 estudantes foram avaliados no último "Dia D". Setenta deles do Ensino Fundamental e 510 do Ensino Médio.
O Governo do Estado fez parcerias com o Ministério da Educação e com várias prefeituras, o que possibilitou que a avaliação fosse aplicada em alunos das redes municipais de Duque de Caxias, São João da Barra, Resende, entre

outras. Os alunos dos Centros de Estudos Supletivos também participaram, pela primeira vez, da avaliação por desempenho.
A avaliação foi ampliada ainda em outro critério em relação ao ano passado. Em vez de três, foram oito séries submetidas à prova de desempenho: 2ª e da 4ª à 8ª série do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Em 2004, apesar de todas as séries terem feito os exames, apenas as notas da 4ª e da 8ª séries (Ensino Fundamental) e do 3º ano (Médio) foram consideradas. Na parceria com o governo federal em 2005, o MEC ficou responsável pela avaliação das turmas de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, enquanto o Estado avaliou as demais séries. Com isso, foi possível aplicar muito mais provas, melhorando a base de dados da SEE. No total, além dos estudantes da Educação estadual, mais 32 municípios aplicaram as provas do Nova Escola para alunos de sua rede. Com o aumento de séries submetidas à prova, a comparação se torna mais plena, refletindo melhor a realidade das escolas, que vão poder se ver mais integralmente, diz Francisco Tadeu Correia, coordenador do **Nova Escola**.
O fluxo escolar, segundo critério de avaliação, consiste na análise das notas e frequência dos alunos na escola. Esses dados, em 2005, foram melhor analisados graças à criação do SGE (Sistema de Gerenciamento Escolar), que disponibilizou na Internet notas e frequência de grande parte dos alunos da rede estadual.
O fluxo escolar serve como uma pré-seleção dos que fazem a prova de desempenho no fim do ano letivo. Pelo sistema, é possível verificar se os prazos de entrega de notas e frequência foram cumpridos.
O terceiro e último critério de avaliação do **Nova Escola** é a gestão escolar, que examina a prestação de contas de cada escola, a administração de matrícula (estudantes por turmas e professores com carga ociosa) e o acompanhamento e controle de frequência. Assim como a prova de desempenho, a gestão escolar teve ampliados seus critérios de avaliação para os colégios de Educação Infantil e de Educação Especial, a pedido dos próprios diretores. Agora, além do exame da gestão propriamente dito, essas escolas são submetidas ainda a uma avaliação feita por especialistas, contratados pela Secretaria de Educação, que fazem entrevistas com professores e parentes de alunos. No cômputo geral, a prova de desempenho e o fluxo escolar têm peso dois e a gestão escolar, peso um. O **Nova Escola** pontua as escolas em cinco níveis a pior, recebe nível um e a melhor, nível cinco. Professores e funcionários recebem uma gratificação gradual à medida que a unidade escolar vai melhorando a sua pontuação. Isso quer dizer que se a minha escola foi muito bem e atingiu nível cinco, meus professores e funcionários vão ganhar cinco vezes mais do que aquela outra escola que não conseguiu passar do nível um.
A gratificação reduz na mesma proporção, caso a escola apresente desempenho pior em relação ao ano anterior. Hoje, o estado investe mensalmente R$ 16 milhões para gratificar os servidores. Em 2005, o maior bônus foi de R$ 426,05 para professor e o menor, R$ 50 para funcionário de apoio.
Segundo o coordenador do **Nova Escola**, além do desempenho entre as escolas da rede estadual, o programa considera também o desempenho da própria escola de um ano para outro.

Por exemplo, se, por um lado, uma escola X, em Nova Iguaçu, teve um desempenho pior em relação às outras unidades daquela Coordenadoria de Educação, mas, por outro lado, melhorou o seu desempenho em relação ao ano anterior, ela sobe de nível na escala do programa, explica Francisco Tadeu.
Um dos problemas do **Nova Escola**, porém, ainda perdurou até 2005. Como a avaliação externa só ocorre no fim do ano, muitos diretores são pegos de surpresa com o desempenho da sua escola e só começam a trabalhar suas deficiências no ano seguinte. Para evitar isso, em outubro, a consultora da SEE, Mónica Tambucho, desenvolveu uma cartilha com todos indicadores de rendimento escolar por bimestre, dividido por escolas e Coordenadorias Regionais de Educação. "Essa cartilha, na verdade, acaba com o problema do efeito-surpresa, porque o diretor da escola terá acesso, a cada bimestre, a seus indicadores de rendimento, podendo melhorá-lo pontualmente ao longo do ano, assim como as Coordenadorias Regionais", afirma a assessora.
Em outras palavras, o projeto funciona de seguinte forma: a cada bimestre, a escola e as coordenadorias recebem um documento informando a sua situação em relação aos indicadores de reprovação e a quantidade de alunos. Essas informações permitem às escolas e às coordenadorias realizarem um diagnóstico capaz de identificar os pontos mais críticos no desempenho escolar e desenvolver estratégias de superação das dificuldades apontadas.
A cartilha permite também comparar o rendimento da escola com o rendimento global da coordenadoria ou da rede toda. No caso das coordenadorias é possível saber o desempenho de cada uma. Isso permite acompanhar o comportamento das escolas e das coordenadorias em relação à média geral do estado. Quanto à unidade escolar, o diretor tem acesso, bimensalmente, às porcentagens de reprovação de seus alunos por nível de ensino, série e disciplina (*Veja no anexo final deste livro, a cartilha enviada ao diretor do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio.*)
O **Nova Escola**, acima de tudo, segue a filosofia da nossa gestão, que é a de otimizar os recursos, aplicando-os onde são mais necessários. Por princípio, as escolas com desempenho abaixo da média são incluídas em projetos especiais da secretaria, como o **Sucesso Escolar**, o **Xadrez nas Escolas** ou o **Programa de Leitura.** .
De um total de 70% das escolas que estavam no nível um em 2004, depois que entraram no **Sucesso Escolar**, passaram para nível três e, em alguns casos, nível quatro, deixando até de fazer parte das oficinas de reforço.

Veja abaixo a avaliação do **Nova Escola** nos últimos três anos:

AVALIAÇÃO DA ESCOLA – 2003 A 2005			
NÍVEL	NÚMERO DE ESCOLAS		
	2003	2004	2005
I	951	255	316
II	788	717	701
III	116	667	369
IV	5	176	74
V	–	15	12

Níveis I e II - decréscimos relativos de 73% e 9%, respectivamente

Níveis II e IV - acréscimos respectivos de 475% e 3.420%

Fonte: SEE-Programa Nova Escola/UFJF-CAED

GRATIFICAÇÃO DE PROFESSORES			
ESPECIFICAÇÃO/VALOR	NÚMERO DE ESCOLAS		
	2003	2004	2005
MÍNIMO	100,00	100,00	100,00
MÉDIO	165,82	230,54	240,56
MÁXIMO (1)	400,00	426,05	435,10

(1) Valor máximo efetivamente pago

Fonte: SEE-Programa Nova Escola/UFJF-CAED

O relatório do **Nova Escola** de 2005 revela ainda que 34% dos alunos de baixa renda conseguiram obter a nota mínima - número superior aos 29% dos estudantes de classe média. Segundo a coordenadora de pedagogia da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Bertha do Valle, esses números provam que o empenho dos pais, dos professores e da própria escola faz a diferença nos resultados da Educação.

A avaliação mostra também que apenas 10,4% dos diretores das unidades indicaram uma frequência baixa dos docentes enquanto 21,7% dos alunos (mais que o dobro) reclamaram dos professores faltosos.

Pelo estudo, metade dos alunos (cerca de 500 mil) teve rendimento abaixo do mínimo exigido em português. Em matemática, apenas 46% conseguiram esse patamar. Comparando com outros anos, em 49,4% das escolas o rendimento em matemática e português foi estável ou inferior em 2004. Em 50,6%, o desempenho foi melhor.

Outros números apurados são os do Fluxo Escolar, que apresentaram melhora. No Ensino Fundamental, o índice de aprovação passou de 72,6% em 2003 para 73,8% no ano passado. No Ensino Médio, subiu de 64,3% para 66,6%.

Nos últimos anos, houve uma tendência de queda de rendimento que conseguimos mudar. Apenas 255 escolas atingiram o nível mínimo, números inferiores aos de 2003, em que foram registrados 951 no nível 1. A maioria das unidades (717) foi classificada no nível 2, seguida das unidades de nível 3 (667) e as de nível 4 (176). No nível 5 ficaram 15 escolas, o grau máximo na escala. Sete delas estão localizadas na Região Serrana Fluminense, quatro na Região Metropolitana, e as demais nas regiões Noroeste, Norte, Médio Paraíba e Centro Sul.

A partir dos resultados, o programa vai conceder aos professores e demais profissionais gratificações proporcionais às suas realizações educacionais. Os R$ 16 milhões empregados em 2006 foram divididos em duas partes: R$ 8 milhões destinados à avaliação da escola e mais R$ 8 milhões foram dados às escolas que progrediram em relação a elas mesmas.

DESEMPENHO ESCOLAR (2005)		
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES, SEGUNDO O NÍVEL		
NÍVEIS	NÚMERO DE ESCOLAS	%
V	12	0,82
IV	74	5,03
III	369	25,07
II	701	47,61
I	316	21,47

Fonte:SEE/RJ

"O que o nosso programa faz, na realidade, é mostrar uma radiografia de como foi o desempenho de cada unidade escolar naquele ano. Esses dados são fundamentais para que a Secretaria de Educação possa planejar, de forma racional, a aplicação de seus recursos no ano seguinte, sem precisar recorrer a achismos", afirma Tadeu. "Todos os estados avaliam de alguma forma o desempenho de suas escolas, mas nenhum deles faz uma avaliação tão abrangente como a do Rio de Janeiro".

De 2000 para cá, o **Nova Escola** só foi interrompido em abril de 2002, durante o governo Benedita da Silva (PT). A Fundação Cesgranrio teve participação fundamental na implementação do programa. Dois dos personagens dessa história são os professores Rubem Klein, doutor em matemática pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), dos Estados Unidos, e Nilma Fontanive, mestre em educação e avaliação pela PUC-RJ.

Nosso primeiro contato foi em 1994, ainda no governo Brizola. Na época, eu ocupava a Secretaria de Educação, em substituição ao então secretário Noel de Carvalho, que havia deixado o cargo para concorrer à eleição para deputado federal. Um ano depois, Nilma e Rubem, a convite do falecido professor Sérgio Costa Ribeiro, foram trabalhar no Ministério da Educação. O objetivo era desenvolver uma escala de avaliação dos alunos brasileiros. Era o embrião do que hoje conhecemos como SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

"Foi após conhecer o nosso trabalho com o Ministério da Educação que o Claudio resolveu, em 2000, nos chamar para colocar em prática o **Nova Escola**, que tem algumas ideias de avaliação retiradas do SAEB", arma Nilma.

Nossa parceria durou até 2003, quando a CESGRANRIO através de licitação pública, modalidade pregão, foi substituída pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora).

Na avaliação de Nilma, um dos avanços do **Nova Escola** está justamente em um dos seus pontos mais polêmicos: a gratificação por desempenho. A crítica corporativa, principalmente do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação), se baseia em dois pontos: primeiro, a gratificação é ilegal, porque

salários para professores que exercem a mesma atividade devem ser iguais e, segundo, é discriminatória, porque não se estende aos aposentados.

“Discordo dessa posição, porque na lógica do sistema, a gratificação visa romper com uma atitude muito comum entre o professorado que se resume na seguinte queixa: ’eu me esforço, faço o possível para ensinar, não falto, e no fim do mês ganho o mesmo salário dos faltosos’. Estes professores estão certíssimos. Em suma, acho que a gratificação tenta criar um estímulo naqueles que trabalham", afirma. Segundo Nilma, nem sempre, porém, o esforço do professor se reflete em um melhor desempenho do aluno. Fatores socioeconômicos também são preponderantes no seu rendimento. Ela cita pesquisas realizadas no Canadá que apontam a família como responsável por 60% da capacidade de desenvolvimento intelectual do filho, contra 40% da escola.

Muitos professores, portanto, se queixam que nem sempre o esforço real que eles fizeram foi recompensado, justamente porque lidam com alunos muito carentes, de regiões extremamente pobres. Para dimensionar essa distorção, a saída adotada pelo programa **Nova Escola** foi a de fazer uma avaliação de conjunto, e não individual - de toda a escola, não apenas do professor. A gratificação, portanto, vai para a escola, os professores, o pessoal de apoio, a diretoria, as merendeiras, enfim, todos. Isso faz com que o compromisso de melhorar o desempenho seja comum ao conjunto da escola, e não de um professor apenas.

Para o professor Rubem Klein, que trabalhou, principalmente, com a eficiência da avaliação durante a implantação do **Nova Escola** , o programa tem como melhor resultado a capacidade de medir o fluxo de movimentação escolar. Em outras palavras, pelo programa, a Secretaria de Educação consegue diferenciar as taxas de reprovação das de abandono.

São duas coisas diferentes. O abandono ocorre quando o aluno resolve parar de frequentar as aulas durante o ano letivo e não retorna. Às vezes, ele volta no ano seguinte ou vai para outra escola. É impossível saber ao certo isso. Acho que o grande pulo do gato do **Nova Escola** foi justamente trabalhar essa movimentação escolar, com base na taxa de aprovação. Ou seja, saber se o sujeito abandonou ou não, não faz a menor diferença, o que importa é a aprovação em relação a todo mundo que entrou naquele ano, afirma. Outra novidade trazida pelo projeto, segundo Klein, foi a avaliação dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e das escolas seriadas.

No que se refere aos tempos atuais podemos considerar que de 2007 até hoje tivemos três Secretários de Estado, onde podemos elencar três linhas essenciais da política educacional. Nos anos iniciais com o avanço tecnológico de equipamentos e dos sistemas de gestão da informação foram aprimorados e instituídos eficientíssimos mecanismos de controle e gestão de pessoal e de insumos. Mais recentemente foi reinstituído o modelo de Merit Pay, definido e publicizado o currículo e instituído um modelo de avaliações em larga escala. Algumas escolas modelo de padrão internacional foram edificadas e tiveram seu funcionamento iniciado em caráter experimental. Há uma forte mobilização política da rede pública contra essas medidas, tendo a mesma trazido resultado de incremento do IDEB como dito em outra parte deste artigo. Não há como política tão recente.

3) Reformulação Completa do Modelo Atual

O Ensino Médio com conteúdos enciclopédicos, compartimentados, fora de contexto e absolutamente desconectado com as aspirações, vocações, preferencias, potencialidades e do projeto de vida do estudante, são causas agudas da produção de um número crescente de jovens nas escolas com as mais baixas expectativas. No regime de *Pedro Pedreiro Penseiro*, na expressão parafraseada do poeta: Esperando o tempo passar, esperando o certificado chegar, esperando a mãe reclamar, esperando o emprego aparecer, esperando o futuro chegar... O Ensino Médio brasileiro não vivencia, ao contrário, é um processo de sobrevivência para alguns e de mergulho em absoluta letargia para outros. Dentro dessa perspectiva, é necessário reformular completamente o modelo educacional em três níveis, a saber:

a) Implantação de habilidades profissionalizantes de forma transversal em todos os anos de escolaridade através da reformulação do currículo e na mudança da abordagem epistêmica. O ensino de nível médio deve se desenvolver através de projetos a serem levados a cabo ao longo do ano, bem como contando com objetos de estudo com orientação de professor em regime de mediação. E isso tudo ampla utilização de monitoria interna (alunos do próprio curso) e externa (estagiários não apenas dos cursos de formação de professores, mas principalmente dos cursos de engenharia, arquitetura, direito, assistência social, dentre outros que em muito podem contribuir para a conexão do projeto com o mundo concreto). No mesmo sentido, as habilidades profissionalizantes devem permear todo o projeto pedagógico da escola, que oferecerá ao estudante a possibilidade de experimentar e introjetar atitudes e conhecimentos valiosos ao mundo do trabalho. As habilidades profissionais são, na sociedade do conhecimento, mais importantes mesmo do que os conteúdos. Organização, trabalho em grupo, criatividade, gestão do tempo, planejamento, produção textual, análise de tabelas e gráficos, gestão para a sustentabilidade e solução não violenta de conflitos, são apenas alguns exemplos de metas que devem permear os objetivos colaterais de cada projeto. A tarefa não é tão difícil quanto parece. Analisar o currículo selecionando e sintetizando conteúdos, habilidades e competências, propondo um conjunto de projetos (que podem ser substituídos por outros a critério da escola e com o acompanhamento pedagógico adequando) pode eliminar o mal-estar do sistema educacional brasileiro: A aula no modelo palestra, exclui, desinteressa e se mostra, a mais das vezes totalmente inútil. Somente é valiosa se o professor for uma pessoa de altíssimas habilidades e o aluno um ser humano dotado de uma força interior e uma determinação muito acima da média.
b) Dentro dessa perspectiva faz-se necessário implantar salas ambiente em modelo de oficinas em todas as unidades, o que é absolutamente possível com os próprios espaços existentes ou ainda com pequenas ampliações pontualmente identificadas, além dos laboratórios de idiomas e de ciências da natureza conforme o caso. É fundamental que seja assegurado o programa de recuperação de estudos para nivelamento do estudante através de avaliações diagnóstico e da elaboração de planos individuais de estudos. As atividades serão oferecidas em regime de contra-turno com um professor e dois monitores para cada 15 alunos. Os estudantes que não

desenvolverem as ações de nivelamento ou não atingirem o resultado esperado deverão ampliar suas atividades ou serem transferidos para escola vocacional de outra área de acordo com sua livre escolha.

c) Cada escola deve definir um modelo vocacional de acordo com seu plano de gestão (vide tópico específico), e desenvolver seus projetos em concordância com este. Podemos definir seis modelos vocacionais a saber:
c.1 – Ciências da Natureza com ênfase na iniciação científica, meio ambiente e robótica.
c.2 – Linguagens com ênfase em Língua Portuguesa e Idiomas Estrangeiros.
c.3 – Humanidades com ênfase nas ciências humanas da matriz tradicional ou filosofia e educação religiosa conforme o caso.
c.4 – Gestão e empreendedorismo com escolas incubadoras em articulação com o SEBRAE.
c.5 – Esportes com diferentes modalidades articuladas.
c.6 – Arte com ênfase em teatro, música, dança e artes visuais.
As escolas terão seu currículo, matriz curricular, definição de projetos, corpo docente, programa de monitoria, equipe pedagógica e estrutura física compatível.

2 - Plano de Gestão

Cada escola formulará seu plano de gestão elaborado de forma participativa que, depois de finalizado, será objeto de um termo de compromisso a ser assinado entre a Secretaria de Educação e a Direção da Comunidade Escolar, onde o estado se compromete a aportar os insumos e a escola a atingir metas progressivas de qualidade. Os diretores escolhidos mediante processo seletivo impessoal, terão curso de formação e acompanhamento para a elaboração do documento com contornos de planejamento bienal.

Características do Plano de Gestão de cada unidade escolar.

- Gestão do Processo de Ensino – Aprendizagem
    - Diagnóstico: físico, pessoas e do corpo discente;
    - Indicadores de fluxo (analítica comparativa no tempo, regressiva e graduada);
    - Causas da repetência;
    - Enfrentamento do Fracasso Escolar – Reorientação da Aprendizagem, articulação de projetos e apoio ao professor.
- Educação Integral (mapeamento de equipamentos (espaços e parceiros) e atores do movimento social (agentes culturais, esportivos, conciliadores, os voltados para a aprendizagem, mediadores de conflitos) institucionais ou não, correlação de insumos e metas, articulação de programas, projetos e ações de governo. Fundamental articular as secretarias de educação, esporte, saúde, cultura e assistência social para promover sinergia e evitar superposição de ações de governo.
- Conhecer melhor o público interno.
- Fluxograma de Processos (escolha e mapeamento)
- Gestão administrativa: sistemas, pessoas, patrimônio, verbas e serviços contratados.
- Comunicação e gestão da informação valendo-se, inclusive, das redes sociais.

Cada Plano de Gestão deverá contemplar:

- Reforço escolar e/ou recuperação paralela;
- Mobilização de pais ou responsáveis no apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos;
- Métodos e técnicas de ensino;
- Implementação dos Referenciais Curriculares da Rede de Ensino;
- Estratégias de mediação do processo de aprendizagem;
- Utilização de novas tecnologias e mídias;
- Contextualização dos objetos de aprendizagem;
- Projetos de desenvolvimento cognitivo que considerem as necessidades educacionais especiais;
- Utilização de tecnologia assistida e comunicação alternativa;
- Interdisciplinaridade e complexidade do conhecimento;
- Elaboração e produção de material didático;
- Educação Integral;
- Estratégias de Avaliação

3) <u>Educação Integral</u>

Fundamento essencial do processo de formação do vivente - e de propósito evitamos aqui neste momento a palavra cidadão, para dar a amplitude que o tema reclama - é a compreensão do outro em sua infinitude e contraste. E é essa dimensão que permite ao ser humano se aproximar de seu verdadeiro *ethos*, atribuir magnitude à sua capacidade de compreender a diversidade que compõe a civilização universal e por força de consequência, praticar a tolerância e os princípios de não violência ativa propagados pela UNESCO a partir do relatório de Jaques Delors. Quando se descortina o pensamento sobre a questão da *eleidade,* de pronto nos deparamos com o que há de mais importante no que tange à diferença, em razão de seu significado atribuído pelo homem ao longo da todo o processo civilizatório.

A temática do gênero, em especial, é razão e fundamento do debate vez que à mulher coube, ao longo dos últimos dez mil anos – desde a primeira atividade de assentamento tribal agrícola – toda equação de saberes legitimando poderes que estabeleceram padrões de comportamento e, em decorrência disso, a fixação de papéis sociais com toda uma classificação, disciplina e punições a estruturar um aparelho repressivo, como bem ensina Michel Foucaut em História da Sexualidade. Não é à toda que a mulher tem maior capacidade adaptativa ao stress crônico do que o homem[4]. Ela tem vastíssima e lamentável experiência. A desconstrução desses arquétipos somente pode ocorrer através do processo educacional, pela necessária identificação reflexiva que permitirá a inversão e o deslocamento de seus elementos essenciais, no seguir das lições do mestre argelino Jaques Derrida.

No campo da etnia, a questão ganha contornos ainda mais agudos, eis que, desde René Descartes na segunda parte da Primeira Meditação de O Discurso Sobre o Método, ou talvez antes dele, já havia o homem se deparado com as diferentes culturas, contrastadas pelas diferentes etnias ou mesmo a pura e simples diversidade morfogênica que existe em nosso mundo aparente:

No que me diz respeito, constaria sem dúvida do número destes ¨últimos, se eu tivesse tido um ¨nico mestre, ou se nada soubesse das diferenças que

[4] Stephen Pinker – Como a Mente Funciona

existiram em todos os tempos entre as opiniões dos mais eruditos. Porém, havendo aprendido, desde a escola, que nada se poderia imaginar tão estranho e tão pouco acreditável que algum dos filósofos já não houvesse dito; e depois, ao viajar, tendo reconhecido que todos os que possuem sentimentos muito contrários aos nem por isso são ou bárbaros ou selvagens, mas que muitos utilizam, tanto ou mais do que nós, a razão; e, havendo considerado quanto um mesmo homem, com o seu mesmo espírito, sendo criado desde a infância entre franceses ou alemães, torna-se diferente do que seria se vivesse sempre entre chineses ou canibais; e como, até nas modas de nossos trajes, a mesma coisa que nos agradou há dez anos, e que talvez nos agrade ainda antes de decorridos outros dez, nos parece agora extravagante e ridícula, de forma que são bem mais o costume e o exemplo que nos convencem do que qualquer conhecimento correto e que apesar disso, a pluralidade das vozes não é prova que valha algo para as verdades um pouco difíceis de descobrir, por ser bastante mais provável que um único homem as tenha encontrado do que todo um povo: eu não podia escolher ninguém cujas opiniões me parecessem dever ser preferidas aos de outros, e achava-me como coagido a tentar eu próprio dirigir-me.

A diferença étnica esta, ao mesmo tempo, na raiz do processo de discriminação negativa, uma vez que até as civilizações aborígenes, passando pela antiguidade clássica, o império romano e o registro dos mais famosos genocídios da história como os Maias por Alvarado e Cortés, Árabes e Judeus por Castella e mais recentemente, os Tutsis pelos Rutus no Congo, os Armênios pelos Turcos, o Holocausto Judeu, partem da lógica de que os massacrados não possuem o status de seres humanos por terem uma matriz étnica cultural diversa, devendo os mesmos se subjugarem a uma jurispridência dos tais *bons* valores, praticados pelos povos dominantes capazes de editar a gramática do *bem,* conforme apertada síntese de A Genealogia da Moral de F. Nietzsche. A expressão povos bárbaros elaborada pelo Direito Romano, resume bem o ponto de vista. A exposição do jovem ao contraste de cosmologias, valores, práticas sociais e manifestações culturais tem o condão de alargar seus patamares de tolerância, conhecer melhor a si mesmo e entender a verdade de uma maneira menos violenta e excluidora. Trata-se de compreender que as leis foram feitas para os homens e não o contrário, como bem vaticina o americano Rockfeller, e que construir uma sociedade mais justa não é objetivo a ser perseguidos por governos ou nações mas por cada um dos habitantes desse planeta. Entender que o outro nunca é um invasor e que a recepção do outro, ou seja a hospitalidade, em seu nível de transcendência, não pode ter condição ou limite:

A hospitalidade pura ou incondicional supõe que o que chega não foi convidado para ali onde permaneço senhor em minha casa e ali onde controlo minha casa, meu território, minha língua, lá onde ele deveria (segundo as regras da hospitalidade condicional, ao contrário) se curvar de certa forma às regras em uso no lugar que o acolhe. A hospitalidade pura consiste em deixar sua casa aberta para o que chega imprevisivelmente, que pode ser um intruso, até mesmo um intruso perigoso, eventualmente suscetível de fazer o mal. (...) Quando alguém chega, quando o amor chega, por exemplo assume-se um risco, uma exposição. Para compreender essas situações, é preciso manter esse horizonte sem horizonte, essa limitação da hospitalidade incondicional, embora sabendo que se pode fazer disso um

conceito político ou jurídico. Não existe lugar para esse tipo de hospitalidade no direito e na política (Jaques Derrida e Elisabeth Rudinesco 2004:77).

Entendemos, assim, que a dimensão mais elevada da formação integral da criança e do jovem deve ter como cerne, essência e meta fundamental a compreensão das diferentes culturas e das diferenças de gênero muito além do prisma da igualdade, se inserindo no entendimento da diferença como mais desejável do que a equidade. Valorizar a diferença é mais relevante do que desejar a igualdade e isso somente é possível quando entendemos que o nosso paradigma não é ponto de partida onde os demais devem se adequar ou mesmo copiar. Verificar, como o fez Protágoras, que o Homem é a medida de todas as coisas, e ele deve ser entendido como fundamento de sua dignidade, como um fim em si mesmo e nunca um meio a serviço ou deleite de outrem[5].

Neste sentido, acreditamos que a educação integral pode e deve ser implantada em todas as escolas da Rede Pública Municipal de Educação com a seguinte metodologia:

a – Utilização de espaços localizados através da pesquisa do plano de gestão e que podem ser objeto de locação, aquisição ou articulação, tais como clubes (que ficam ociosos durante a semana e enfrentam, em sua maioria, graves problemas financeiros), centros esportivos, teatros, salões comunitários, adotando-se o modelo de cidade educadora

b – Articulação das ações de governo voltadas para o setor, destacamos as secretarias de saúde, esporte e desenvolvimentos social que comumente desenvolvem projetos superpostos aos da educação, além da necessária integração com o projeto federal Mais Educação maximizando, assim resultados.

c – Seleção Pública de Educadores Sociais e construção individualizada, por escola de sua própria matriz de educação integral[6].

4 – Tecnologia Educacional

É absolutamente impensável que a escola contemporânea ainda utilize como principal tecnologia de sala de aula o giz ou o *pilot*. O ser humano esta a cada dia mais

[5] Na assertiva de Kant.

[6] Aqui há uma questão a ser enfrentada pelo direito publico desde os tempos do Programa Especial de Educação do mestre Darcy Ribeiro. Como realizer a despesa pública desses proficionais? O programa Mais Educação recorre a uma ficção juridical ao classificar os educadores sociais como voluntarios. Ora, é claro que essa não é a realidade e os valores pagos são insuficientes para o desenvolviento do programa. Todavia, se o ente publico aportar recursos complementares corremos o risco de criar uma relação empregatícia em cada associação de pais e mestres, que pode gerar demandas judiciais trabalhistas na medida em que se constata a subordinação, habitualidade e contra-prestação, que caracterizam a relação de emprego. O caminho da seleção pública e pagamento através de RPAs também traz seu quinhão de problemas administrativos e jurídicos. Mas o modelo brasileiro de concurso público, não admite a seleção de pessoas com habilidades da cultura popular urbana como o grafite, o rap ou de modalidades esportivas como o surf ou o skate sem a exigência de verificação de conhecimento acadêmico...

habituado receber uma verdadeira enxurrada de informações a todo o instante. Diferentes canais disputam segundos de sua atenção, a propaganda através do Youtube precisa prender o espectador em menos de cinco segundos. A cada hora, são postadas quarenta e oito horas de vídeos no Youtube, bilhões de cliques em *curtições* e *compartilhamentos* acontecem a cada dia e os movimentos sociais se organizam como nunca através das redes de relacionamento da web. O jovem é multitarefa e entende a obtenção de informação como algo que deve acontecer de forma múltipla, veloz e estimulante. Os equipamentos estão a cada dia mais acessíveis. O problema esta na capacidade do professor em concatenar as novas tecnologias com os saberes de sala de aula e realizar a efetiva a mudança na prática pedagógica. A questão esta sendo abordada de forma mais estrutural no tópico específico sobre formação dos professores. A introdução das tecnologias em sala de aula permitirão transformar o laboratório de informática em laboratório de idiomas, ou de liberar esse espaço para outras utilizações na medida em que as máquinas poderão ser alocadas em sala de aula o que torna o recurso muito mais acessível. O conceito de lócus tecnológico hoje esta completamente ultrapassado e a sala de aula é, e sempre foi, o espaço privilegiado para o processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido entendemos ser necessário desenvolver as seguintes etapas:

a) Cada professor ou escola apresenta sua demanda de tecnologia, com algumas padronizações pré-estabelecidas e demonstra em regime de concurso com prova de aula, sua capacidade de utilizar os recursos pretendidos. Se a banca aprovar o material é imediatamente disponibilizado.
b) Se o professor não passar no exame ou não tiver as habilidades necessárias, ingressa imediatamente no curso de formação continuada.
c) Os melhores profissionais são contratados pelo próprio estado para a construção de roteiros pedagógicos em modelo de autoria docente bem como acompanhamento do projeto em regime de hora-extra, sem perder seu vínculo com a sala de aula.
d) Os professores, através de concurso de remoção irão se deslocar para as escolas de acordo com seu perfil vocacional e sua habilidades ou interesses na utilização das tecnologias.

5 – Laboratórios de Videogames

Contexto e justificação

A mais desafiadora questão relacionada à educação é aumentar significativamente a identificação do jovem com a escola. Os saberes oferecidos no espaço de aprendizagem raramente encontram fácil conexão com a vida do aluno. Os temas tratados em sala de aula, a mais das vezes, desconsidera o acúmulo de conhecimento, ou seja, a trajetória de opções e de exposição aos bens culturais de cada aluno. Cada jovem não percebe na escola a valorização de sua cultura que se vê reprimida em face de uma vertente cultural eurocêntrica, erudita ou simplesmente de outra geração. Ainda que a diversidade cultural e o contraste sejam desejosos, o estudante costuma ter imensa dificuldade em entender a unidade escolar como um espaço seu, um lócus a serviço do seu desenvolvimento, uma estrutura voltada para o atendimento de suas expectativas, anseios, necessidades, enfim inserido dentro de seu projeto de vida.
Manifestações da cultura urbana contemporânea têm enorme aceitação nesse espaço e desencadeia uma série de consequências positivas refletindo tanto no aspecto atitudinal como no cognitivo. Rima, skate, surf, grafite, dentre outras, quando

praticadas no universo da escola, produzem um efeito extremamente desejável tanto no que diz respeito a uma mudança de visão do aluno em relação à instituição escolar, como do corpo docente e direção ao se depararem com manifestações culturais absolutamente desconhecidas e que se descortinam, propiciando um novo olhar sob o aluno, agora sim, situado dentro de um contexto cultural rico, complexo e desafiador.
Nesse sentido é o programa Escolas de Paz, iniciado no estado Rio de Janeiro em 1999 o qual tive a oportunidade de coordenar até 2002, retornando em 2004 até 2006. Ele foi considerado excelente prática internacional (*best practice*) e se transformou junto com a iniciativa de Pernambuco no Programa Abrindo Espaços[7]. A solução não violenta de conflitos, bem como a difusão de valores humanos é melhor desenvolvida sob a ótica do protagonismo juvenil. O jovem deve estar no epicentro das ações, escolhas e da reflexão decorrente da atividade cultural. A construção de uma cultura de paz, depende de um conjunto de ações voltadas para a inserção do jovem no espaço escolar dentro de uma perspectiva que permita a expressão de seu pensamento e a construção de um relacionamento diferente entre este, com seus colegas, professores, direção, equipe pedagógica e inspetores de disciplina.

A Proposta

Dentro desta perspectiva, a criação de um laboratório de videogame contemplaria dois objetivos, a saber:
a) Desenvolvimento de aulas de educação física dentro de um novo paradigam conforme assevera Thiago Silva e Souza e Sandra Beltran-Pedreros em artigo publicado na revista da SBPC:

> *O videogame Nintendo Wii não substitui as aulas de Educação Física tradicionais, mas o professor pode usar esta ferramenta em dias de chuvas, quando a quadra encontra-se inviável ou em sala de aula. Secretarias de Educação podem adquirir kits do videogame Nintendo Wii e inovar as aulas de educação física as deixando mais interdisciplinares com jogos que estimulam física e cognitivamente. Escolares em risco social, orientados pelo professor, podem interagir com seus conflitos com o auxílio do videogame, apreendendo regras, objetivos, disciplina e respeito a si e ao próximo. Esta ferramenta ajuda no desenvolvimento das motricidades fina e grossa mediante estímulos diferentes; estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas, uma vez que promove o desenvolvimento intelectual; aumenta a velocidade de raciocínio, aprendizagem por tentativa e erro, inteligência social, acuidade visual e motora, noções de planejamento, melhor desempenho com situações caóticas e raciocínios não lineares além de outros fatores. A proposta do uso do videogame Nintendo Wii, busca aproveitar tudo de bom que os jogos podem proporcionar, usando de maneira inteligente, com objetivos pedagógicos de aprendizagem, tanto para*

[7] http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131816por.pdf
http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/special-themes/preventing-youth-violence/open-schools-programme/

parte cognitiva como motora, creio que seria viável a utilização do mesmo em salas de aulas de nossas escolas[8].

b) Inserção de atividades lúdicas educacionais dentro do currículo de educação formal tais como aprendizagem da música[9] e outros conteúdos inclusive os relacionados à Física, História e Ciência, e.g. Há experiências exitosas nesse sentido registradas pela imprensa nacional[10].
c) Utilização do espaço dentro do processo de reconhecimento atitudinal e de engajamento cognitivo dos estudantes no dia a dia da escolar, de tal sorte a se conseguir pouco a pouco melhores níveis avaliação comportamental a partir da correlação entre a livre utilização do espaço no intervalo e no contra-turno e um maior interesse do aluno nas atividades escolares e no bom convívio e relacionamento com o conjunto da comunidade escolar.

6 – Formação de Professores

Breve Contexto Histórico

Ao longo dos últimos dezenove anos, foi-nos possível, em inúmeras oportunidades, interagir e acompanhar o trabalho de profissionais preocupados com a efetiva melhoria da atuação do professor em sala de aula. Durante os anos de 1993 e 1994, apenas para citar um exemplo, a Secretaria de Estado de Educação destinava vultosos recursos repassados pelo Governo Federal para serem aplicados em programas de atualização do magistério. As expressões *capacitação* e *treinamento* haviam sido banidas do linguajar técnico utilizado nas estruturas de gestão do sistema público, já naquela ocasião. Afinal, diziam os defensores da mudança, se o professor se graduou e ainda foi aprovado em um concurso público, deve-se presumir o mesmo plenamente capacitado. Naquela época, as equipes de acompanhamento do Programa Especial de Educação – responsável pela construção e operação dos CIEPs – assumiam a missão de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. O conhecido PEE tinha características interessantes e avançadas para a época, tais como uma definição de currículo e material didático estruturado. A atualização do magistério (expressão corrente à época, hoje substituída por formação continuada) se desenvolvia através de seminários, nos quais personalidades famosas do meio educacional, com grande capacidade verbal e conhecimento sobre alguns temas educacionais sensíveis ao magistério, emocionavam grandes públicos que, não raras vezes, pranteavam agradecimentos aos secretários de Educação e prefeitos pelos momentos inesquecíveis vividos durante os breves encontros. Frases de efeito, acrósticos, imagens de impacto nos então retroprojetores - já que eram raros os *datashows*, e até canções interpretadas a plenos pulmões pelo auditório de mãos dadas, fizeram e, por incrível que pareça,

---

[8] http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/2162.htm
[9] Neste sentido: **O JOGO ELETRÔNICO COMO ESTÍMULO DE APRENDIZAGEM MUSICAL. Luciana Carolina Fernandes de Faria e Patrícia L. L. Mertzig Gonçalves de Oliveira – UNOESTE.**
http://www.academia.edu/1372930/O_Jogo_Eletronico_como_estimulo_de_aprendizagem_musical
[10] http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/professores-usam-videogame-para-estimular-alunos

ainda fazem desses encontros um momento mágico de entretenimento e desenvolvimento cultural de seus participantes. Após a "apoteose", no entanto, o dia seguinte volta ao seu curso normal, sem nenhuma efetiva modificação no fazer do professor em sala de aula. Nosso país, sem dúvida, despendeu e ainda hoje destina grandes somas do orçamento público em palestras e *coffee breaks*, em busca de aprimorar conhecimentos e mesmo motivar os profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem em estabelecimentos públicos que atendem a 41,2 milhões de crianças, segundo o censo do MEC-INEP de 2012.

O tema, por suposto, tem contornos nitidamente estruturais, e esse tipo de problema não costuma ter adeptos no setor público, eis que seu enfrentamento demanda lapsos de tempo que extrapolam os períodos de mandato, são muitas as incertezas e igualmente os interesses há muito cristalizados. Temos, ainda a convicção de que a reforma do setor somente será bem sucedida se partir de um modelo que atenda às primeiras séries do ensino fundamental, ou seja se relacione diretamente com os processos de alfabetização e letramento ai em seu sentido literal, mas também devendo ser entendido como o da matemática e o científico. O assunto tem suscitado debate nos diversos países que reformaram o setor, no sentido de conferir maior status social ao professor – e isso envolve investimentos em salários em nível regional - além de aprimorar sua formação acadêmica e responsabilizar sua atividade profissional

O papel do concurso público e do estágio probatório

O debate que enfoca a melhoria da qualidade do serviço público já se apresenta desgastado junto à opinião pública. O que chama a atenção é que o tema parece ter se esgotado exatamente pela incapacidade de se promoverem mudanças significativas, coletando modelos e experiências que justifiquem ultrapassar os inevitáveis obstáculos políticos, corporativos e jurídicos. Vários países estão reeditando modelos de produtividade, em especial para o magistério, nos quais, basicamente, tentam atrelar os ganhos de aprendizagem dos alunos às remunerações maiores. É o tão conhecido *merit pay,* assunto que vez por outra ressurge no cenário internacional. Mais recentemente foi o caso do Kansas, estado americano com a experiência mais exitosa em termos recentes, além do projeto já consolidado da certificação de professores do estado de Illinois, e da proposta do ministro da Educação dos Estados Unidos, Arne Duncan que esta no cargo desde 2008.

Apesar disso, existe uma instituição que não tem tido a devida atenção pelo setor público brasileiro. Nos referimos ao concurso público. Não faria o menor sentido aqui fazer uma defesa do que a lei já obriga e nem clamar por mais concursos, já que nos últimos anos isso tem acontecido em enorme quantidade ao menos na esfera estadual e nas capitais, beneficiando cursinhos e instituições avaliadoras que ganharam o *status* de indústria. O problema é que não há cobrança quanto à qualidade do serviço. Se não há escândalo, tudo vai bem, limitando-se ao elementar dever de honestidade e transparência.

Mas, afinal, quem é o efetivo cliente do serviço de seleção pública? A maioria vê essa atividade como uma mera contratação de instituição pelo governo que o faz, para cumprir a lei em face de necessidade de pessoal. O resto diz respeito a um edital

padrão, às pegadinhas nas provas, prazos, recursos e paramos por aí. No mesmo sentido, podemos afirmar que, com raríssimas exceções o estágio probatório em nosso país é mera formalidade burocrática.

Será que aquele jovem mergulhado em livros desde a tenra infância é capaz de gerir programas e políticas públicas de alcance social, exarar sentenças, cercear liberdades e definir alocações orçamentárias? As avaliações são suficientes e eficazes para prover os quadros com o perfil desejado pelos órgãos públicos?

A esmagadora maioria dos aprovados nessas provas são alunos recém-formados. Estes, por acabarem de sair dos bancos escolares, encaram bem a rotina dos cursinhos onde, não raramente, são adestrados para fazerem provas. Podemos abrir mão da vivência, engajamento e experiência profissional para aprovar apenas pessoas, com grande capacidade de memorizar conceitos e virar noites de estudo? As provas, quando muito bem elaboradas; o que ocorrer em raríssimos casos; avaliam habilidades e competências; tais como leitura e interpretação e compreensão de texto; capacidade de solução de problemas; inter-relacionar pensamentos, ideias e conceitos; de sistematizar informações; dentre outras. Em pleno século XXI ainda não oferecemos computadores aos candidatos e as provas são feitas com papel, lápis e caneta. E a isso se some o fato de que ninguém regula ou fiscaliza essas instituições de concursos. E o que é pior, quem as contrata, a mais das vezes, não é o responsável pela gestão do serviço público lá na ponta e, sim, o chefe do departamento de Recursos Humanos ou algo que o valha, junto com a assessoria jurídica. Assim sendo, aspectos administrativos do concurso são amplamente debatidos, mas ninguém se pergunta quanto ao perfil do profissional.

Após a análise de um certame em nível estadual em 2008, constatamos 263 professores de Filosofia, História ou Língua Portuguesa que se graduaram com baixíssima capacidade de leitura e interpretação de texto. Menos de 25% de acertos. E aí começa a caríssima e comumente ineficaz luta pela capacitação profissional, já no emprego, onde esse contingente vai exercer sua atividade por 30 longos anos.

Observemos o fato de que, quando se faz prova discursiva, verificamos os conhecimentos do candidato sobre os temas ao mesmo tempo em que detectamos sua capacidade de expressão escrita, o que é algo bastante valioso ao ser humano em geral. Na prova oral, além dos conteúdos, temos a capacidade de expressão verbal. No caso da múltipla escolha, há uma técnica adjetiva que se chama "capacidade de resolver problemas com múltipla escolha". Algumas pessoas são muito melhores do que outras nessa tarefa. E para que serve essa habilidade em responder questões de múltipla escolha além, é claro, de trazer bom desempenho em avaliações dessa natureza?

Existem cursos, livros, professores especialistas, um manancial de teorias sobre habilidade que aparentemente não tem valor epistemológico qualquer. Um aspecto a ser destacado em um cenário como esse é que os concursos públicos para o magistério, e.g., trazem questões de múltipla escolha para aferir se o docente tem didática. Os métodos de avaliação nos concursos ainda exigem que a pessoa escreva a redação utilizando papel e caneta, quando ninguém (ou quase) nesse planeta faz em nossos dias a correspondência utilizando ferramenta tão primitiva.

Está na hora de pensarmos em processos seletivos, como dissemos, que ultrapassem o trinômio lápis, borracha e caneta azul ou preta. A sociedade não pode se conformar com um concurso simplesmente honesto ou se resignar pelo simples fato de que ter algum processo seletivo é melhor do que nada. É necessário que os servidores ingressem em estágio probatório para valer, com verificação de capacidade profissional na prática do dia a dia. Não é possível imaginar uma máquina pública

melhor sem um servidor mais qualificado e essa formação não se assemelha à capacidade de decorar conceitos doutrinários ou regrinhas de gramática. O cidadão necessita de profissional que demonstre conhecimento e capacidade valiosos para enfrentar problemas e apontar soluções. E, na gramática do desempenho profissional, acuse comprometimento com os resultados.
A partir dessa reflexão, temos de buscar reunir os efetivos empregadores do setor público com os dirigentes universitários e discutir que tipo de profissional está sendo graduado e depois selecionado pelos concursos e que estrutura de processo seletivo o Rio de Janeiro efetivamente precisa.

A importância da qualidade da capacitação e formação do professor[11].
Por Guiomar Namo de Mello e Rose Neubauer da Silva

A educação está tomando lugar central na agenda das políticas de desenvolvimento, em função da demanda que a sociedade da informação faz para os recursos humanos de cada nação. A realização de avaliações nacionais e internacionais tem permitido dimensionar a importância dos diferentes insumos que o sistema educacional recebe para operar e prestar os serviços esperados pela sociedade. Entre estes, estudos recentes identificaram o peso relativamente maior que o professor possui no conjunto de determinantes da qualidade da educação.
Em 2005, a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – publicou o resultado, de levantamento feito com 25 países membros, das políticas relativas aos professores de Educação básica. A realização do levantamento recebeu a seguinte justificativa:
Existe atualmente um volume considerável de investigações que indicam que a qualidade dos professores e de seu ensino é o fator mais importante para explicar o desempenho dos alunos. Existe também considerável evidência de que os professores variam quanto à sua eficácia. As diferenças entre os resultados dos alunos às vezes são maiores dentro da própria escola do que entre escolas. O ensino é um trabalho exigente e nem todos conseguem ser bons professores e manter esse padrão ao longo do tempo. No entanto o enfoque geral para a seleção e admissão de professores tem seguido a tendência de considerar os professores como se todos fossem equivalentes e de focalizar mais a quantidade dos professores do que as qualidades que eles possuem ou podem desenvolver. (OCDE, 2005, p. 12)
Na mesma direção vai o relatório que a McKinsey Co. deu a público em 2008, de um estudo que examinou o sistema educacional de 17 países: os 10 com melhor desempenho nas provas do PISA, mais 7 países cujos resultados indicavam uma forte tendência à melhoria no mesmo teste. O relatório do estudo se inicia afirmando que "A qualidade de um sistema educacional não pode ser maior do que a qualidade de seus professores", porque "A qualidade dos professores é a alavanca mais importante para melhorar os resultados dos alunos". (McKinsey, 2008, p. 11).
Conclusões como essas decorreram de observação empírica que corrobora a experiência de vários estudiosos e que pode ser assim resumida: o principal diferencial dos países com melhor desempenho dos alunos são as soluções adotadas para recrutar, selecionar e iniciar seus professores. Os países que apresentam melhores resultados são os que adotam políticas que favorecem o recrutamento, a

[11] Retirado dos anais do Seminário para Uma Escola Eficaz. (SEPPLAG/FESP-RJ – 2008)

seleção e a permanência dos melhores alunos do ensino superior nos seus quadros docentes.

A Proposta

Dentro desse contexto entendemos que se tanto a administração estadual como a municipal necessita, em primazia sobre a União Federal, construir um modelo de formação de professores que garanta excelente indicadores de qualidade nas modalidades da educação infantil e fundamental, são estes que devem apresentar um modelo de parceria através de consórcio para o enfrentamento da questão. Neste sentido, o estado do Rio de Janeiro pode construir polos de graduação de professores em nível superior – diferentes das faculdades de formação de bacharéis, que pode se fazer exitosa diante dos problemas adiante sistematizados:

a) Baixa experiência prática, graças ao inexpressivo número de horas de estágio e a comumente absoluta desconexão entre as instituições formadoras e as redes públicas de educação;
b) Incapacidade de aferir com segurança através dos atuais modelos de concurso público a capacidade didática dos profissionais do magistério;
c) Ausência, durante toda a formação, do uso de tecnologia que garanta o conforto do graduado com a utilização de recursos de multimídia durante sua atuação em sala de aula por meio da necessária transposição pedagógica.
d) Formação que contemple aspectos relevantes de contextualização, interdisciplinaridade e temas de alta relevância como gestão de sala de aula, educação para valores e inclusão, apenas para citar alguns.
e) Desenvolvimento de um perfil atitudinal para a docência capaz de garantir um nível superior de engajamento diante dos desafios que se colocam no dia a dia de sala de aula.

Tal desiderato, a nosso ver, poderá ser atingido mediante a reestruturação dos modelos de acesso ao cargo público de professor, associando o mesmo ao processo de formação. Em outras palavras defendemos o modelo de concurso público em duas etapas.

A primeira se restringe à prova de ingresso no modelo já consagrado pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

A segunda etapa do certame será o curso de formação em nível de graduação, onde haverá a aquisição de títulos através de disciplinas eletivas com carga horária compatível, cuja matriz será construída de tal sorte a contemplar, além dos conteúdos obrigatórios, os diversos temas arrolados em enumeração exemplificativa no próprio projeto de lei. O curso contará com elaborado processo de avaliação atitudinal e cognitiva de natureza interna, cujo coeficiente de rendimento escolar servirá de base classificatória para a escolha de vagas no serviço público estadual e municipal que poderá ser consorciado, aliado ao conjunto de títulos amealhados ao longo da trajetória acadêmica em apreço.

O referido programa terá como premissa conceitual a vivencia no processo formativo em uma escola idealizada porém vivenciada, diga-se, onde as disciplinas são efetivamente integradas, a tecnologia faz parte do dia a dia de sala de aula, os objetos de aprendizagem são oferecidos em regime de excelência, a metodologia investigativa da iniciação científica se faz presente, a matemática se afasta do modelo procedimentalista e cada aluno convive desde cedo com a sala de aula do sistema público estadual de educação em estreito elo de acompanhamento.

Assim, o modelo tradicional dos cursos de graduação, hoje oferecidos nas universidades deverá ser substituído por um paradigma completamente reestruturado nos aspectos institucionais, conceituais, de projeto político pedagógico e de infraestrutura. Serão criados mecanismos de efetiva exacerbação da integração das atividades da instituição e das unidades escolares desde a educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e de tal sorte a permitir uma permanente troca de conhecimentos entre a realidade acadêmica e os desafios da atividade docente. Valendo-se do modelo de Residência Pedagógica já em curso em diversas localidades do país dentre elas destacamos as experiências exitosas de Niterói e Armação dos Búzios e recomendada pelo MEC, teremos uma superlativa carga horaria de prática docente com monitoramento e avaliação permanente de cada futuro professor, quer pelo professor regente da turma de alunos, quer pela equipe técnica da unidade escolar e, ainda, pelos grupos de acompanhamento do próprio centro de formação de professores. Através dos estudos de caso baseados na atividade docente quotidiana, que poderá ser registrada através de instrumentos como fichas de auto-avaliação, de acompanhamento, avaliação dos alunos *ex ante* comparando-se com a ex post, filmagem de aulas e portfolio de atividades, dentre outros, será possível traduzir esse manancial de informações em estratégias formativas e reflexivas objetivando a melhoria contínua do sistema. No mesmo sentido, deveraá ser o trabalho voltado para o acompanhamento de egressos durante todo o estágio probatório, quando a instituição será instada, por força de lei, a se manifestar tecnicamente acerca de determinada avaliação desfavorável que for apresentada no curso da atividade docente do novel profissional. Essa relação que estabelece um forte diálogo entre a atividade formativa e a prática de sala de aula, envolvendo a responsabilização da instituição pode ensejar um modelo original de enfrentamento do problema aqui apresentado.

A avaliação dos alunos ao longo do curso permitirá a verificação de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades e competências de três naturezas: As da matriz curricular regular, as relacionadas à capacidade de aprendizagem ao longo da vida (*life long learning skills*) e as relacionadas à atividade específica do magistério aliadas às questões atitudinais. O acesso aos bens culturais deverá ser plenamente assegurado através do incremento do acervo de livros, peças de teatro, visita a museus, oficinas literárias e demais voltadas à educação integral.

> *No plano das instituições formadoras, nós temos que abrir um espaço para o protagonismo da gestão da educação básica. Se não for das escolas, pelo menos dos organismos de gestão intermediária das secretarias: órgãos de orientação pedagógica, etc. Tem que perder o pudor e tem que sentar com a educação superior e dizer "Olha, o professor que nós queremos não é esse que vocês estão colocando no mercado. O que vocês estão colocando no mercado não nos serve". E o pior: eu não tenho alternativa. Eu tenho que usar esse professor porque falta professor. Esse é um mercado de trabalho que entra crise, sai crise, não tem desemprego, não é? É um mercado de trabalho que ocupa todo o mundo. Portanto nós temos que regular esse mercado por outro jeito porque na competição*

não vai dar. Eu acho que tem que ser com as instituições formadoras. (Melo, Guiomar)

O *case* Búzios

A rede pública municipal de educação do Município de Armação dos Búzios, nos estado do Rio de Janeiro, possui apenas 20 escolas, cerca de 8 mil alunos e um orçamento que gira em torno de R$ 50 milhões. A cidade não tem tradição na eleição de diretores. A característica mais importante do sistema parecia ser a intensa máquina clientelista a ponto de cada vereador possuir uma quota de indicações de apaniguados, para os cargos de professor e de apoio educacional (merendeiras, porteiros, etc...). Depois de muito esforço o Ministério Público conseguiu arrancar um concurso público ao apagar das luzes do governo que expirou em 2012.

Ainda sob a égide do controle externo do MP, vivenciamos uma intensa campanha por parte de um pequeno número de membros do parlamento municipal, defendendo que as vagas destinadas ao preenchimento por vínculos temporários (professoras grávidas, afastamentos temporários, etx, atc 37 da CRFB) fossem objeto das famigeradas indicações que iam, inclusive, aos estertores do apadrinhamento das Direções Gerais[12] das unidades escolares. Claro que ninguém assumia a banderia clientelista, ela vinha travestida de garantia de emprego aos buzianos, numa campanha xenofobista, discriminatória mas que tinha apelo popular no seio do município. O que existe em boa parte do país é uma triste dicotomia entre o intolerável regime da servidão política, onde o mandatário dá as cartas do emprego submetendo centenas de professores, que deveriam estar sem sala de aula professando a contestação do poder político. E como fazê-lo se se estava à pouco de cócoras a pedir o beneplácito do governante) para romper esse modelo foram instituídos os processos de seleção pública para os cargos de professor de apoio ao aluno com deficiência, os professores temporários e os diretores gerais. A mudança de paradigma foi violentamente rechaçada pela maioria da Câmara Municipal e o Prefeito se viu em vias de perder a sustentação política necessária à governabilidade.

Fazendo uma síntese de uma longa história, podemos afiançar, ainda que até o modelo bem sucedido de educação integral recebeu forte oposição política e administrativa por parte de membros do parlamento inconformados com a ruptura da relação de troca entre poder político e cidadania. Subsiste a suspeita, ausente de provas, que uma das causas da demora processual nos processos de pagamento, que trouxe um inefável prejuízo ao projeto em tela, tenha sido motivado por alguns servidores públicos que intencionalmente e a mando de alguns políticos influentes da cidade, tenham deliberadamente procurado dar tramitação lenta e desidiosa. De fato, a moeda mais valiosa em todos os projetos de poder é a oferta de emprego, especialmente ao incapaz, eis que a incompetência é diretamente proporcional à gratidão e à dívida. E o que realmente faz da política uma equação que teima em decepcionar o cidadão é a vontade de perpetuação do mandatário que comumente subordina a tudo e a todos a este objetivo, assim em qualquer rincão do país. Não importa como a organização escolhe seus nomes para estruturação, o que se faz relevante, lamentavelmente é o

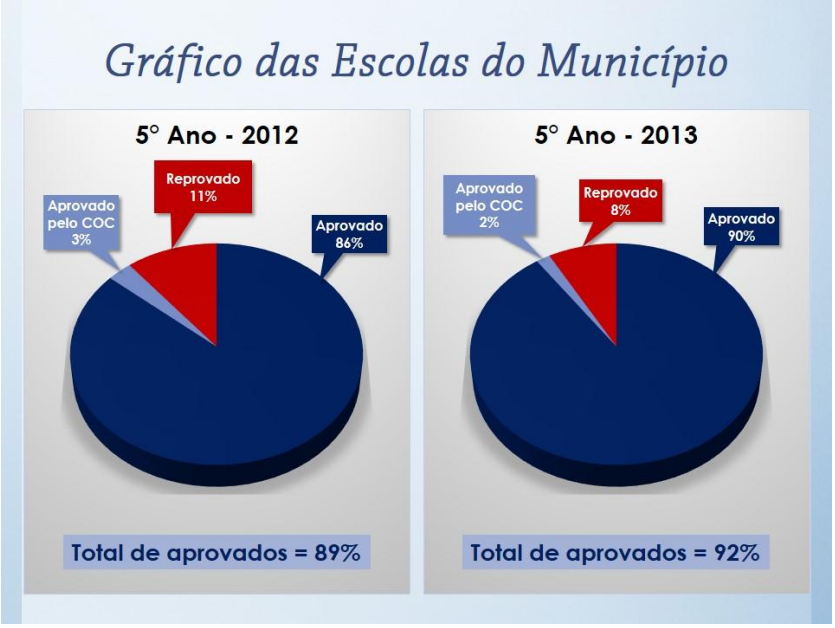
[12] O material probatório é tão farto que chegamos à conclusão que não seria possível que os gestores públicos da época achassem que estavam contrariando os mais elementares princípios republicanos ao estruturar uma elaborada teia clientelista.

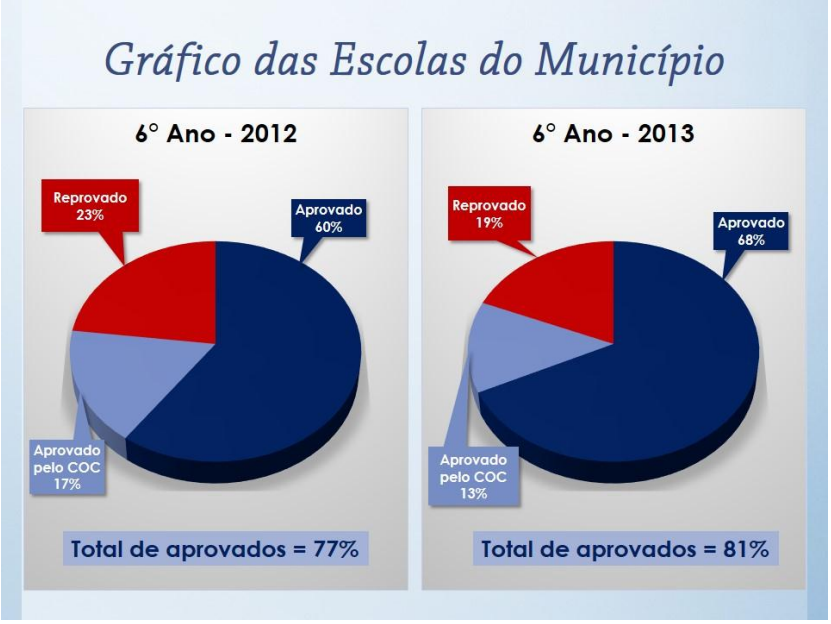
conhecido: dever o favor. Essa ruptura foi o primeiro e dificílimo elemento da reforma.

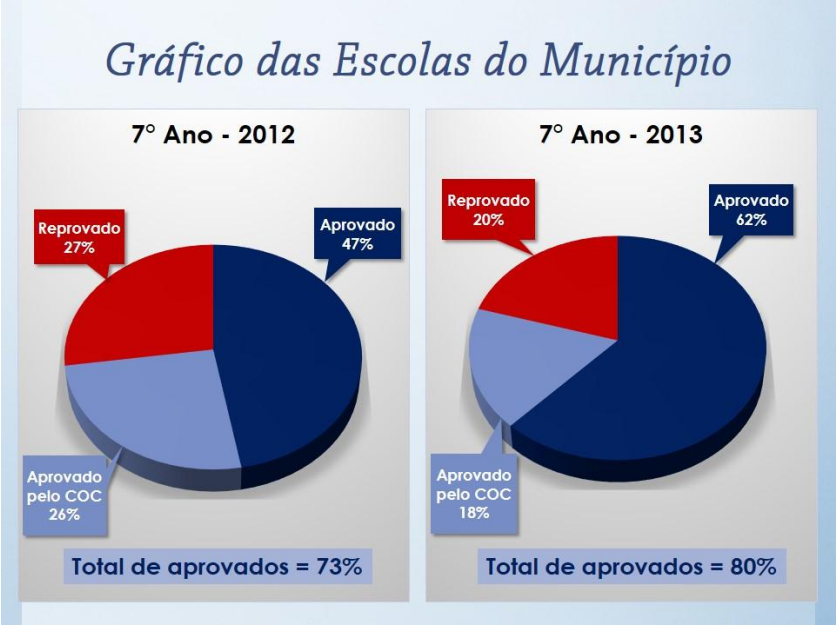
Os seguintes foram o sistema recuperação de estudos, de educação integral e de premiação. O modelo de recuperação de estudos se estruturou emblematicamente nas férias de julho com forte campanha de mobilização apoiada por educadores sociais de grande prestígio junto à juventude. Turmas pequenas, planos individuais de estudos a partir de diversas avaliações diagnóstico que ocorreram ao longo do ano, quer como resultado da parceria com o Governo do Estado quer diretamente através do CAED – instituição da Universidade Federal de Juiz de Fora[13] que, em ambos os casos promoveu a avaliação dos alunos com base no currículo e na matriz de habilidades e competências do Sistema de Avaliação da Educação Básica do MEC. Na medida em que as notas foram acompanhadas, inclusive com sua publicização na web – e as avaliações levadas a termo, fio possível obter um diagnóstico bastante preciso e o mais importante, individualizado de cada estudante o que permitiu em muitos casos a elaboração e a execução com considerável sucesso dos planos individuais de recuperação de estudos. A mobilização é sempre o maior desafio nos programas de reforço escolar. Muitos alunos não veem qualquer sentido em permanecer mais tempo na escola, encaram as notas baixas e a perspectiva de retenção com tremenda naturalidade. Um número expressivo de pais ou não se importa com a vida acadêmica de seus filhos ou já há muito perderam qualquer autoridade sobre os adolescentes. Houve uma quantidade considerável de justificativas para a não participação no programa que iam desde o trabalho infantil, em especial nos meses de alta temporada ou em semanas de feriado prolongado, até informações como o absenteísmo em função de ter de jogar futebol, por exemplo. Ouvi um depoimento de uma aluna que simplesmente não comparecia às aulas extras porque ficava em casa vendo televisão. Em cidades balneário, é comum verificar na casa dos veranistas crianças ajudando as cozinheiras ou os caseiros nas tarefas domésticas. Algumas pessoas chegam a enxergar beleza em tais atitudes e não compreendem que esses jovens deveriam estar lendo, estudando ou mesmo brincando. Que a infância esta simplesmente lhes sendo roubada e a perspectiva de uma vida diferente de seus pais, obliterada. Isso diante dos olhos de uma classe abastada que valoriza a educação em sua própria família, mas parece estar cega para as cenas do quotidiano de suas residências de verão. As premiações foram de enorme valia, realmente e enfatizo, indiscutivelmente um fator definitivo de motivação do aluno com efeito colateral positivo sobre o professor. Oferecemos passeios culturais, *smatfones*, festa de formatura para o quinto e nono ano e *tablets* para os aprovados nestes anos de escolaridade. A frequência e o interesse dos alunos nas aulas de reforço aumentou significativamente com resultados efetivos nos indicadores de aprovação. Além disso, foram contratados professores de matemática do 6 ao 9 ano para darem uma aula por semana aos alunos do quinto ano seguindo roteiros pedagógicos desenvolvidos pela equipe de profissionais da área. Essa aula compartilhada trouxe uma rotina positiva para os alunos da primeira etapa do Ensino Fundamental que muitas vezes limitam suas atividades à alfabetização e letramento, sem perder de vista que muitos professores deste segmento não ficam tão confortáveis para trabalhar matemática em sala de aula como se sentem ao trabalhar linguagens e códigos. Um projeto desenvolvido pela própria rede municipal de correção de fluxo para alunos com maior distorção idade-série obteve 90% de aprovação, graças a uma abordagem mais adequada e a material didático estruturado. Finalmente foi dado início a um programa de leitura com monitoramento das

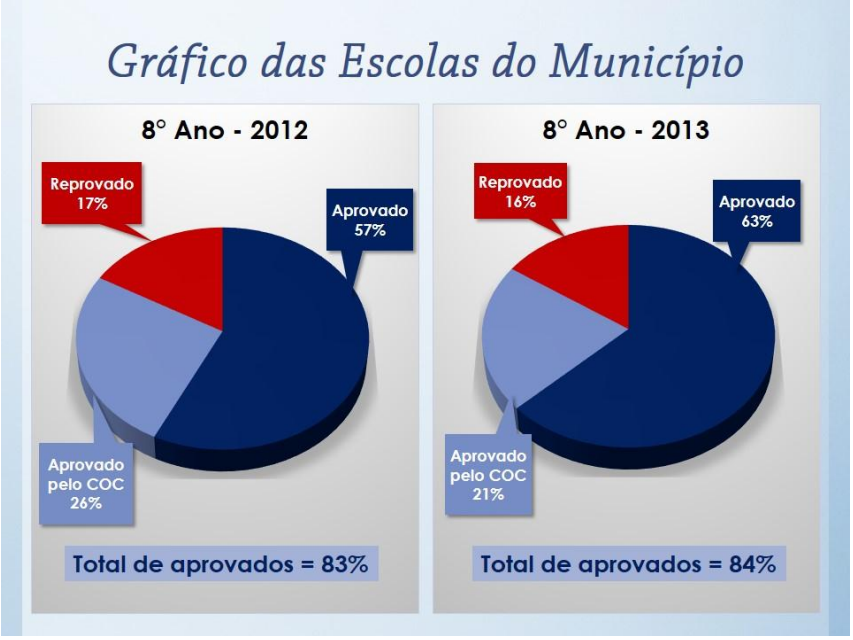
[13] Uma das instituições responsáveis pelo Prova Brasil.

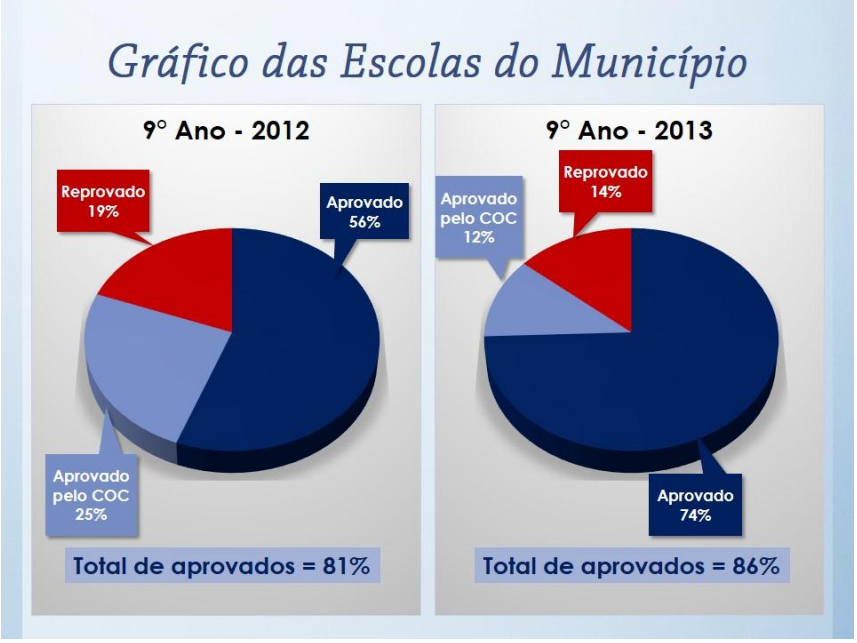
atividades docentes, videoconferências com autores, distribuição de acervo de qualidade aos alunos, no último ano da educação infantil e quinto ano do Ensino Fundamental.
Armação dos Búzios – Taxas de Aprovação comparada entre 2012 e 2013.
Observar a redução dos indicadores de aprovação pelos conselhos de classe além do incremento na taxa de aprovação.






Gráfico das Escolas do Município
7° Ano - 2012
Reprovado 27%
Aprovado 47%
Aprovado pelo COC 26%
Total de aprovados = 73%
7° Ano - 2013
Reprovado 20%
Aprovado 62%
Aprovado pelo COC 18%
Total de aprovados = 80%


Gráfico das Escolas do Município
8° Ano - 2012
Reprovado 17%
Aprovado 57%
Aprovado pelo COC 26%
Total de aprovados = 83%
8° Ano - 2013
Reprovado 16%
Aprovado 63%
Aprovado pelo COC 21%
Total de aprovados = 84%



Conclusão

Em novembro de 2009 a nossa Fundação Municipal de Educação[34] discutia coletivamente a situação da rede pública, ao término do primeiro ano letivo da atual gestão. Havia uma inquietação no tocante ao conjunto de ações desenvolvidas, apesar do forte contingenciamento de gastos daquele exercício, e sua relação com a melhoria dos indicadores educacionais como aprovação, abandono e efetiva melhoria das habilidades de escrita, compreensão de texto e solução de problemas de lógica e matemática. Naquele momento, definimos que havia a necessidade de realizar uma mudança profunda e estrutural em nossa instituição, trabalhar com foco em resultados e desenvolver programas capazes de modificar, de maneira efetiva, aqueles indicadores de qualidade. A FGV foi uma importante aliada nas diversas atividades relacionadas ao processo de verdadeira reconstrução de nossa instituição, quer na parte organizacional, quer na modernização tecnológica e no monitoramento e avaliação das políticas públicas. E é sobre este último que quero me deter com maior rigor.

Por incrível que possa parecer ao leitor, em nosso país, ainda a regra é a formulação de projetos nas áreas sociais sem qualquer diagnóstico, seleção de indicadores e ações periódicas de monitoramento para corrigir rumos e garantir a correta estratégia para a perseguição dos objetivos claramente definidos. A avaliação, com periodicidade bem menor, promove a análise necessária à reformulação das ações, testa nossas convicções, e promove a reflexão necessária para a melhoria contínua do sistema.

Introduzimos a sistemática em um longo e doloroso processo, articulando as diferentes equipes gestoras dos projetos, inserindo documentos, fotos, boas práticas desenvolvidas pelos professores, marco legal, os resultados de cada etapa e muito mais: cada ação disposta no tempo, com o respectivo responsável, um mapa de riscos

e problemas, indicadores com cores que apontam o cumprimento dos prazos, o atendimento ou não das metas de curto prazo, abrangência e os cronogramas de empenho e desembolso.

Eu como os demais da equipe, corremos a cada mês para cumprir nossas responsabilidades assumidas, em especial quando se aproximava a reunião mensal, já que havia uma cobrança de certa maneira pública, e nenhum de nós queria se ver a dar desculpas diante do time.

A ferramenta desenvolvida pela FGV e as rodadas mensais de monitoramento – com maior participação das equipes de campo, conforme a necessidade – são momentos de enorme importância para aprimorar o trabalho, integrar projetos e cobrar engajamento dos órgãos responsáveis pela atividade meio. São dois dias por mês de exaustiva imersão e, sem dúvida, ainda estamos muito longe de termos aqui um modelo a ser seguido. Posso, por outro lado, afiançar que nossa equipe que, tempos atrás tinha alguma dificuldade em elaborar termos de referência com a metodologia de políticas públicas voltadas para resultados, hoje discute indicadores, critica as bases de dados; enfim, o sistema Painel de Controle foi introjetado na cultura de nossa organização, quiçá de maneira irreversível. São trinta e três projetos atuando nos eixos da alfabetização, leitura, matemática, educação integral, iniciação científica, dentre outros. É muito difícil dar conta do volume de ações que a educação pública exige para promover a mobilidade social, que é possível, aos nossos estudantes e necessária ao nosso país, mas certamente sem tecnologia, muito engajamento e cultura de gestão a tarefa se apresenta impossível.

Neste sentido, entendemos que já há alguns anos se tornou impensável desenvolver políticas públicas em desconexão com efetivos resultados verificados através do monitoramento de indicadores de processo e da avaliação rigorosa dos indicadores de impacto. Não é concebível o administrador público que governa por sensibilidade e realiza apostas envolvendo vultosos recursos que não pertencem a ele com base em empirismo alimentado por depoimentos de bajuladores que se encontra aos montes no interior dos governos e nas ruas. As políticas sociais em particular guardam amargas surpresas ao derrotar convicções de causalidade entre a ação governamental e sua eficiência, eficácia e efetividade. É essencial que se meça o efeito causal líquido de uma intervenção, isolando-se os contrafactuais garantindo uma aferição segura acerca dos resultados da política de governo ao longo do tempo.

1. Ainda a título de conclusão, devemos observar que os itens de natureza propositiva deste texto. As ações voltadas para o processo formativo do magistério exigirão cautela e a articulação interinstitucional demandando tempo e o desenvolvimento de projetos em escala crescente para que haja segurança nos investimentos propostos a partir de uma mudança radical no paradigma na formação e ingresso na carreira docente. A premissa parece ser consensual e valiosa, de tudo o que o professor aprende para ensinar, nada supera a sua própria vivência como estudante. E é exatamente neste arquétipo que se pretende atuar. Já a efetividade em lapsos temporais de menor extensão temos ações voltadas ao pertencimento, protagonismo juvenil, apropriação pelo aluno do espaço escolar, motivação discente e formação para a cidadania presentes nos aspetos tangenciados pela educação integral, uso de novas tecnologias e reorientação da aprendizagem. A construção coletiva dos planos de gestão e a celebração de um pacto envolvendo governo e gestão escolar pode significar um primeiro passo no autoconhecimento da escola e sua comunidade, planejamento das ações com base em insumos reais e indicadores previamente escolhidos além do indispensável e mensurado nível de

> expectativa de que o poder público cumpra a sua parte. A mais importante fonte de financiamento da educação esta dentro do próprio sistema, melhorando sua eficiência. Não faz sentido simplesmente lutar pelo aumento do gasto público por aluno ostentando enormes taxas de repetência. Uma escola onde metade dos alunos são reprovados joga a metade de seu orçamento no lixo e a sociedade tem de acordar para o fato que a escola não é um centro de recreação e convivência e muito menos depósito. Que o estudante esta lá para desenvolver suas potencialidades e dentro desta perspectiva por mais que o uniforme escolar seja relevante, não faz sentido protestar por mais camisetas e se calar diante de um massacre de expectativas discente com indicadores de repetência desarrazoados. O ciclo vicioso que alimenta um processo massificado de reprovação silenciosa precisa ser definitivamente rompido e isso só acontece onde gestores públicos, famílias, estudantes e professores trabalham em conjunto e com explicitação de dados. A transparência e o nível de consciência da sociedade em geral, ultrapassando as fronteias da comunidade escolar, são elementos fundamentais para tal desiderato. Os indicadores internacionalmente aceitos para o sistema educacional são o fluxo escolar que pode ser aferido pelas taxas de retenção ou pela de graduação comparando o número de ingressantes com o de concluintes. Ë fácil observar uma escola de ensino médio com quatro turmas de primeiro ano, duas de segundo e uma de terceiro que começa cheia e termina com uns poucos. Uma verdadeira tragédia que ocorrem em massa e com indesculpável resignação da sociedade. Em outra dimensão temos o hoje consagrado no Brasil e nos quase sessenta países que integram o PISA – Programme for International Student Assessment

- sistema de avaliação externa com base na Teoria da Resposta ao Item que permite comparar séries de resultados ao longo do tempo, bem como amostras não homogêneas de resultados. Um ponto bastante discutido por ocasião da KERA – Korean Education Research Academy - em 2009[14] foi a necessidade de uma maior articulação entre esses dois indicadores. Explico melhor: verificamos que os tomadores de decisão governamental tendem a valorizar os indicadores de desempenho aferidos através desses instrumentos de avaliação, já as famílias e os estudantes dão muito maior atenção às notas da avaliação interna, afinal a meta é passar de ano. Ainda que o IDEB concatene ambos, ainda se faz necessário aumentar a consciência de que tanto aprender como passar de ano tem a mesma importância e ambas as medidas precisam ser observadas atentamente. O Rio de Janeiro junto com Minas Gerais, foi o primeiro estado da federação a criar seu programa próprio de avaliação, ainda naquela época o movimento sindical apostava no boicote às provas e repudiava a nova tecnologia. Hoje o sistema esta nacionalmente consolidado, mas há que se ter em mente que a criação de rankings de redes e de escolas sem levar em consideração aspectos socioeconômicos dos alunos, mecanismos de premiação e incentivo pelo rendimento e outros fatores, pode levar a uma ilusória oferta de informação à sociedade e mesmo à minimalização da ação governamental e de gestão escolar centrada única e exclusivamente no IDEB que é diagnosticado a cada dois anos, impondo uma agenda focada exclusivamente em metas de curtíssimo prazo.

Não resta a menor dúvida que o presente artigo, que pretende suscitar debate e de maneira quase arrogante porque audaciosa, enfrentar um dos mais graves problemas estruturais da educação nacional, ainda esta longe de alcançar a perfeição ou ao

[14] Você Pode Fazer a ReForma Educacional. Mendonça, Claudio 2009

menos esgotar as dúvidas e ansiedades que antecedem um trilhar institucional longo como o aqui proposto. A política aqui proposta demanda ao menos uma década...
Temos de deixar claro que este é o início de uma trajetória e que por suposto nunca pretendeu ser o porto de chegada. Fazer uma escola de formação de professores, em nível superior, e em grau de excelência e eviscerada a uma rede pública é constituir o embrião capaz de fertilizar as etapas de sustentabilidade que nosso país tanto clama na área das políticas públicas. Se isso acontecer, será permitido oferecer um modelo. Paradigma a ser criticado, a evoluir, mas que traz em si a pujança de provar que **é possível** e com isso reacender uma chama de esperança no coração dos educadores e de todos aqueles que vivem a paixão pela escola pública. No dizer do mestre sevilhano Antonio Machado:

CAMINANTE

Antonio Machado

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar